



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Cooperação Político-Militar Angolano- Cubana

Caso de Estudo: A Presença Político-Militar
Cubana em Angola, 1975-1991

Mestrando: José Baptista Franque Tomás

Orientadora: Maria Francisca Saraiva

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	2
AGRADECIMENTOS	3
ABSTRAT	4
RESUMO	5
LISTA DE ACRÓNIMOS	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	14
CAPÍTULO II- ANTECEDENTES HISTÓRICOS À COOPERAÇÃO ANGOLANO- CUBANA	24
CAPÍTULO III - A GUERRA CIVIL ANGOLANA.....	52
CAPÍTULO IV - OS ACORDOS TRIPARTIDOS DE NOVA IORQUE.....	71
CAPÍTULO V - O BALANÇO DO LEGADO DE CUBA EM ANGOLA E NO CONTINENTE AFRICANO	76
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

DEDICATÓRIA

Dedico em primeiro lugar à minha estimada família (minha mulher, Eng^a Ebanesa Gertrudes Gime Mabiala, filha Adriel da Conceição Mabiala Tomás, irmãos, pais: Arnaldo Puati Tomás e Conceição Chibuca Franque), família de modo geral; assim como àqueles que de forma directa ou indirecta contribuíram sem medir esforços para que eu pudesse desenvolver este árduo Projecto académico para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais; os meus sinceros votos de dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu Deus Todo Poderoso pela vida, saúde e sabedoria. A minha nova família (esposa, Ebanesa Mabilia e filha Adriel Tomás, que muito a estimo), pela força, coragem e paciência que consentiram com a minha ausência prolongada do país por esta causa nobre “estudos”; aos meus pais: Arnaldo Puati Tomás e Conceição Chibuca Franque, e irmãos os quais considero mais que vencedores. Pois, esta conquista académica não constitui uma mera vitória pessoal, mas sim, colectiva, pois, investistes e acreditastes em mim à cada instante do meu percurso académico. Agradecimentos extensivos a família de modo geral e àquele que directa ou indirectamente ajudaram a tornar possível esta empreitada.

A Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, Orientadora deste Projecto de Mestrado, pela valiosa orientação, minuciosa, paciente e competente. Assim como a abertura e predisposição em todos os momentos de que foram necessários para a realização do mesmo.

À todos o meu muito obrigado.

ABSTRAT

Military and Advisory Assistance of Cuba to Angola. Case Study: Cuban Politico-Military Presence in Angola, 1975-1991.

ABSTRACT

This dissertation places Cuban internationalism, specifically its military and civil mission in Angola, as an entry point to explore the Angolan military history in the period of decolonization and later Angolan civil war, taking into account the importance of Cuba's cooperation and military assistance to Angola (MPLA) in these two periods of the Cold War. Taking in account the internationalist mission of Cuba in Angola, the largest Cuban military and civilian mission in its history in the context of East-West rivalry in Africa, this study examines the mission's regional consequences in Africa such as the end of the apartheid regime in South Africa. The research results show that the internationalist mission in Angola was a Cuban decision (not the USSR) under the idea of enhancing South-South solidarity between the states of the Third World not aligned with either bloc, the so-called Non-Aligned Movement.

Palavras Chave: Diplomacy - Military Advisory and Assistance – Civil War – Angola
– Cuba - Soviet Union.

RESUMO

NOME: José Baptista Franque Tomás

MESTRADO EM: Relações Internacionais

ORIENTADOR: Professora Auxiliar Maria Francisca Saraiva

DATA: 18 de Novembro de 2014

TÍTULO DA TESE: COOPERAÇÃO POLÍTICO-MILITAR ANGOLANO-CUBANA, CASO DE ESTUDO: A PRESENÇA POLITICO-MILITAR CUBANA EM ANGOLA, 1975-1991.

RESUMO

A presente investigação tem por objectivo conhecer a história militar angolana no período da descolonização e posterior guerra civil angolana, tendo em conta a importância da cooperação e assistência militar de Cuba a Angola (ao MPLA) nestes dois períodos da Guerra Fria. Desta forma procuramos analisar a missão internacionalista de Cuba em Angola, a maior missão militar e civil cubana da sua história, no contexto das rivalidades Leste-Oeste no continente africano e o modo como estas se repercutiu nos equilíbrios regionais em África e contribuiu para o fim do regime do apartheid na África do Sul. Os resultados da investigação mostram que a missão internacionalista em Angola foi uma decisão cubana (e não da URSS) no quadro da afirmação dos laços de solidariedade Sul-Sul no contexto do movimento dos países Não Alinhados do Terceiro Mundo.

Palavras Chave: Diplomacia - Cooperação Militar - Guerra Civil – Angola – Cuba - União Soviética.

LISTA DE ACRÓNIMOS

ANC	African National Congress
CIA	Central Intelligence Agency
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola (Ala militar do FNLA)
FAA	Forças Armadas Angolanas
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola (Ala militar da UNITA)
FAP	Forças Armadas Portuguesas
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FAR	Forças Armadas Revolucionárias (Forças regulares cubanas)
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU/NU	Organização das Nações Unidas/Nações Unidas
OUA	Organização da União Africana
SADC	Southern African Development Community
SWAPO	South West Africa People's Organization (Organização do Povo da África do Sudoeste)
UNAVEM	Comissão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a relação de Portugal com Angola é marcada por longos períodos de violência. Nos séculos XIX e XX (entre 1921 e 1961) o relacionamento melhorou mas ainda assim por pouco tempo, tendo em conta que a descolonização emancipou politicamente vários territórios e os libertou do domínio económico, social e cultural das respectivas metrópoles (Boniface, 2008, p.98) entre a Segunda Guerra mundial e meados dos anos 70 atingiu Angola em 1961. Neste processo os impérios coloniais europeus, africanos e asiáticos desapareceram.

Portugal foi a última potência colonizadora a abandonar as colónias, sob forte pressão das Nações Unidas. Poucos meses depois da admissão de Portugal à Organização das Nações Unidas (ONU), em Setembro de 1955, o governo de António de Oliveira Salazar defendeu nas Nações Unidas (NU) que os territórios em causa nem sequer deveriam ser considerados como não autónomos ou colónias, na medida em que Angola, Guiné, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor e Macau eram províncias ultramarinas tal como o Minho, Algarve ou Estremadura. O governo sabia, contudo, que a situação no terreno não era muito estável e por isso decidiu reforçar o disposto militar tendente a neutralizar quaisquer tentativas de subversão com origem tanto no exterior como no interior dos territórios do ultramar (Cardoso, 2000, p.112).

No início da década de 60 começou a guerra da independência de Angola que culminou no abandono da presença secular de Portugal no território. Um dos aspectos mais relevantes deste conflito é o relacionamento diplomático-militar que nesta altura se inicia entre Cuba e Angola, tema que constitui o objeto central da nossa investigação.

Os primeiros contactos entre o Partido Comunista de Cuba (PCC) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ocorreram em 1965, na sequência da decisão de Che Guevara de se envolver directamente na guerrilha na República do Congo Belga. Mais

tarde, na sequência do derrube da ditadura em Portugal, em Abril de 1974, abriram-se novas perspectivas para a proclamação da independência de Angola e para a entrada de Cuba na “Revolução Angolana”, deslocalizando os ideais da “Revolução Cubana” para o outro lado do Oceano (Bernardino, 2013, p.320). Em Julho de 1975 segue para Angola uma delegação de conselheiros militares cubanos para fundar e dirigir centros de treino militar. No mês seguinte, unidades da República do Ex-Zaire penetram no Norte de Angola, em apoio à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e as tropas da Força de Defesa da África do Sul (SADF) ocupam a sul a região limítrofe do Cunene, na fronteira com a Namíbia (idem, p. 321).

Nas primeiras fases da guerra civil o MPLA, apoiado por tropas cubanas e por peritos da União Soviética e de Estados pertencentes ao seu bloco ideológico, conseguiu a supremacia militar sobre os seus rivais, a FNLA e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Mas apesar de partir em vantagem, a administração do MPLA em Luanda começou a enfrentar dificuldades muito sérias que colocavam em risco o seu projecto político. O colapso da autoridade portuguesa, a perda de vidas e a desordem provocada pela guerra civil, bem como o êxodo da maior parte da população europeia, contribuíram para destruir a economia angolana. Embora alguns elementos da população africana tivessem capacidade para assumir posições de chefia, faltavam quadros formados para a administração, o comércio e a economia. O pessoal enviado por Cuba (bem como pela União Soviética, Alemanha de Leste, Polónia e outros Estados comunistas) permitiu colmatar algumas lacunas mas não permitiu recuperar a economia angolana, que continuava num estado desastroso. Depois de um breve hiato na guerra civil, em finais dos anos 70, a guerra voltou a alastrar em 1978 e a produção agrícola, industrial, pesqueira e mineira ficou praticamente paralisada (Wheeler e Pélissier, 2011, p. 362).

A administração do MPLA adoptou naturalmente a ideologia marxista-leninista e os modelos político-económicos da União Soviética e de Cuba. No entanto a opção não agradava a todos -esteve, aliás, na origem da revolta liderada por Nito Alves, em 1977, que acabou por ser esmagada. Pouco depois a morte do presidente Neto, em 1979, obrigou a uma mudança de líder, sucedendo-lhe um engenheiro petrolífero treinado e formado na União Soviética: José Eduardo dos Santos, o que também não favoreceu a unidade do partido. Em Luanda estes problemas acabaram por ser resolvidos até porque o partido não sabia bem como enfrentar a resistência rural ao governo estabelecido na capital, que começava a criar raízes por todo o país. A UNITA de Jonas Savimbi estava a revitalizar-se com o apoio da África do Sul, que usou Savimbi para combater o apoio do MPLA à SWAPO, um movimento armado sediado em Angola que combatia pela independência da Namíbia. Savimbi teve igualmente o apoio da administração Reagan durante a maior parte dos anos 80. (Wheeler e Pélissier, 2011, pp.362-364)

O ponto final da progressão militar da África do Sul em Angola aconteceu em 1988, em Cuito-Canavale, numa batalha que os cubanos ajudaram a ganhar e que foi o início do fim do regime do apartheid em África, conduzindo também ao início das conversações de paz entre as facções em confronto no conflito angolano.

Infelizmente a paz em Angola não foi duradoura. O território voltou a ser assolado por surtos de violência e destruição material que deixaram marcas muito evidentes no território. Apesar da importância deste período para a compreensão da situação política que hoje se vive em Angola optámos por não considerar os anos 90 do século XX neste trabalho de investigação, tendo em conta que o período que pretendemos analisar abarca exclusivamente os anos da presença militar cubana em Angola, que terminou em 1991.

Assim, o presente trabalho de investigação tem como objeto de estudo a cooperação político-militar angolano-cubana e como caso de estudo a presença militar Cubana em Angola no período compreendido entre 1975 e 1991.

A guerra civil angolana tem sido amplamente analisada a partir de enfoques distintos. Recorde-se que a guerra civil em Angola é naturalmente um tópico de estudo no quadro da descolonização portuguesa (e de outras potências europeias também). Na área dos estudos pós-coloniais são comuns as análises comparadas dos processos de descolonização ocorridos nas colónias sob controlo político de várias potências colonizadoras e, em Portugal, tem-se dado alguma ênfase à investigação em torno da “especificidade do pós colonialismo português”. Por outro lado, as “guerras por procuração” travadas em África e na Ásia no período do bipolarismo nuclear surgem frequentemente associadas ao estudo de Angola, no quadro dos estudos sobre a Guerra Fria e o conflito Leste-Oeste. Estas perspectivas exploram o papel do conflito angolano no quadro da competição ideológica entre os Estados Unidos e a URSS. Finalmente, muito se tem escrito sobre os mecanismos de resolução pós-conflito utilizados pela comunidade internacional no território angolano com vista à normalização da economia e sociedade angolanas no após guerra. Esta perspectiva de investigação é normalmente explorada no âmbito da resolução de conflitos e dos estudos para a paz.

Esta dissertação afasta-se destes objetivos, pretendendo estudar o conflito angolano na sua dimensão mais regional, no quadro político do continente africano nos anos 70 e 80 do século XX, e não tanto do ponto de vista do funcionamento do sistema internacional global na fase da “segunda Guerra Fria”. Esta tentativa de compreender os reflexos da guerra civil no processo de reconfiguração das relações de poder no continente africano ocorridas no período considerado passa necessariamente pela análise do papel de Cuba (e em parte da URSS) em Angola, uma missão internacionalista de grande envergadura sem precedentes na história da pequena ilha das Caraíbas. Trata-se, assim, de um estudo de área que explora o papel das

forças armadas cubanas (e dos civis cubanos que trabalharam em Angola) na evolução política de Angola e do continente africano numa fase da história do continente caracterizada por guerras civis que culminaram na independência dos países colonizados, na derrota do regime do Apartheid e no abandono da política de ingerência sistemática dos Estados Unidos e URSS nos destinos do continente.

Em segundo lugar, esta investigação procura contribuir para o estudo da história da cooperação político-militar de Angola no período que reporta à presença cubano-soviética na guerra civil angolana e anos subsequentes, tendo em conta que estas alianças militares são um marco na história militar de África do século XX. Nos últimos anos tem aumentado o interesse dos investigadores por este período da história angolana podendo finalmente perceber-se qual o grau de autonomia cubana em Angola face à intervenção militar e directrizes ideológicas da URSS neste conflito e qual a percepção de Angola em relação às movimentações de Cuba e da URSS no território.

Assim, a questão central a que se pretende responder é a seguinte: quais as razões político-militares que levaram o MPLA a estabelecer uma aliança com Cuba envolvendo cooperação e assistência militar no período da guerra civil angolana? Qual o impacto desta aliança no futuro de Angola e nas relações políticas no continente africano?

Objectivos Gerais

Em 1975 o Estado angolano reagiu à invasão de forças estrangeiras sul-africanas, que entraram no território angolano com o propósito de reforçar a posição militar da UNITA e viabilizar o controlo de Luanda, selando uma cooperação militar com países comunistas, nomeadamente Cuba e União Soviética, com o objectivo claro de expulsar as tropas estrangeiras e restabelecer a ordem e segurança.

Assim, os *objectivos gerais* desta dissertação relacionam-se com três aspectos mais genéricos, a saber:

1. A valorização da especificidade do conflito armado angolano, desmistificando algumas interpretações políticas sobre este conflito;
2. Possibilidade de revelar aspetos relativos às motivações e interesses das superpotências no conflito angolano;
3. Possibilidade de destacar o valor geopolítico e estratégico de Angola no continente africano.

Como *objectivos específicos* do nosso estudo procuraremos ao longo da nossa investigação detalhar as seguintes matérias:

1. Analisar os aspectos que relevam para a história da cooperação político-militar de Angola relativos à presença cubano-soviética na guerra civil angolana e anos subsequentes;
2. Destacar o impacto interno e externo do conflito armado angolano;
3. Avaliar os reflexos da cooperação político-militar angolano-cubana das décadas de 70 e 80 do século XX na evolução da situação política de Angola e no relacionamento político entre as nações africanas, nestas duas décadas.

Deste modo, o texto está organizado em cinco capítulos coma seguinte estrutura. No primeiro capítulo faz-se o enquadramento teórico do tema, definem-se os conceitos operacionais e apresentam-se as hipóteses de estudo. O capítulo seguinte é dedicado aos antecedentes históricos da cooperação angolano-cubana procurando explicar-se o contexto histórico que levou o regime angolano a procurar o apoio de Cuba para a resolução dos problemas internos de Angola. O terceiro capítulo descreve a guerra civil angolana e o papel de Cuba nos confrontos militares. O quarto capítulo trata dos acordos tripartidos de Nova Iorque que puseram um ponto final à guerra civil angolana. O último capítulo procura fazer

um balanço da presença cubana em Angola e as suas repercussões na estrutura social e económica de Angola nos dias de hoje. Na conclusão retomamos as hipóteses inicialmente formuladas e discutimos a sua validação em resultado das conclusões retiradas da investigação efectuada. Na conclusão são também apontadas pistas para futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

A generalidade dos estudos sobre a guerra civil de Angola e o período subsequente focam a dimensão de confronto Leste-Oeste (por exemplo, Milhazes, 2009, de Sá, 2011, Guimarães, 2011), isto é, inserem o conflito angolano no contexto geopolítico mais amplo da rivalidade Leste-Oeste.

A intervenção de outros países no conflito, como Cuba, o caso que nos propomos estudar, tem sido muito menos analisada e nem sempre com o mesmo enfoque analítico.

Para os neorealistas, a política externa de Cuba em Angola tem de ser vista como um mero prolongamento da política externa da União Soviética para Angola (e continente africano). De acordo com a perspectiva neorealista, ou realismo estrutural, a centralidade do Estado como actor das relações internacionais determina o seu postulado teórico fundamental segundo o qual a sobrevivência do Estado nacional constitui a finalidade última da governação desenvolvida pelo aparelho do poder. Assim, para os neorealistas, as relações internacionais serão o resultado da competição e dos frequentes confrontos entre os Estados e os conflitos e as guerras são por isso naturais, logo inevitáveis. Na perspectiva desta escola iniciada por Kenneth Waltz, a paz e as relações internacionais só poderão basear-se no equilíbrio de forças, na balança de poderes, única protecção contra as hegemonias. É o regresso das teorias realistas dos séculos XVI e XVII de Hobbes, Clausewitz e Hume (Tomé, 2011, pp.63-64).

A influência do pensamento de Waltz no período da Guerra Fria foi muito grande. A ideia de que a estrutura anárquica do sistema internacional (sem uma autoridade central acima dos Estados) constrange a acção dos grandes poderes e os leva a privilegiar a sua sobrevivência levou à conclusão que os grandes poderes fazem opções políticas preferindo equilíbrios de poder sob a forma de balança de poderes, ou alianças, como meio preferencial

para garantir a sua segurança (Waltz 1954, Waltz, 1979). As duas super-potências da Guerra Fria teriam, portanto, optado por manter a sua relação dentro de uma lógica de balança de poderes baseada em duas alianças antagónicas que agrupavam um conjunto de países fiel aos princípios defendidos pela super-potência em torno do qual se organizavam.

Dentro desta lógica política que abarcava o globo o continente africano foi um dos palcos do conflito Leste-Oeste. África foi palco de alianças cruzadas entre países africanos e respectivos aliados extra-continentais (Estados Unidos ou URSS), muito especialmente no decurso dos processos de descolonização e afirmação nacional que se prolongou, no caso de Angola, pelos anos setenta, coincidindo com a ‘segunda guerra fria’. Este recrudescimento do confronto ideológico teve, em Angola, picos de grande violência e crueldade. Como veremos de seguida, as hipóteses que servem de ponto de partida para este estudo exploram a possibilidade da intervenção cubana em território angolano ter sido uma guerra por procuração, uma missão militar subcontratada pelo Kremlin e executada por militares cubanos, através da qual Moscovo esperava contrabalançar o poder os Estados Unidos na África do Sul e em outros países com governos próximos dos valores professados pelos norte-americanos, no continente africano.

Evidentemente que a intervenção cubana tem outros ângulos de análise, mais centrados nas particularidades da intervenção cubana em Angola (Campbell, 1990; George, 2005, Polack, 2013) e nas prioridades de Cuba no desenrolar do conflito angolano. Por outro lado, algumas monografias centram-se nas dinâmicas políticas do continente, na relação do processo angolano com o regime do Apartheid tendo o continente africano como unidade central de análise (Hernandez, 2005, Marrero e Blanco, 2005; Almer, 2011).

Tendo em conta que nos interessa testar o envolvimento de Cuba na política externa da URSS para Angola, todas as perspectivas referidas têm a sua utilidade na avaliação das seguintes hipóteses, que iremos explorar nesta investigação:

H1: Cuba foi um mero Estado satélite ao serviço da política externa da União Soviética;

H2: A batalha de Cuito Cuanavale contribuiu para o fim do regime racista do Apartheid na África do Sul e alterou os equilíbrios africanos;

H3: A intervenção militar cubana em Angola foi feita a pedido da União Soviética no âmbito da Guerra Fria.

H4: A invasão sul-africana contra Angola resultou de um pedido dos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria.

Nesta dissertação de mestrado elegemos, portanto, a análise do envolvimento de Cuba nos assuntos internos angolanos e não propriamente a URSS, que como super-potência extracontinental também teve um papel relevante na evolução da situação interna angolana ao longo do período considerado.

A cooperação político-militar com Cuba data da década de 60 do século XX, num contexto de luta pela autodeterminação do território que culmina com a revolta dos cravos, em 1974, e que se mantém activa até finais da década de 80, no ocaso do bipolarismo. Em termos de balizas temporais, a presente investigação cobre parcialmente esta fase da história de Angola. Deste período interessa-nos analisar as especificidades da presença cubana em Angola durante as décadas de 70 e 80 do século XX, já no quadro do processo de independência nacional e guerra civil que se seguiu à saída de Portugal do território, deixando de lado a fase de luta contra a ditadura portuguesa e o período posterior à saída das tropas cubanas do território. Do ponto de vista da unidade de análise este estudo não se preocupa com as dinâmicas do sistema internacional no seu todo; pelo contrário, procura mapear os novos equilíbrios políticos no continente africano resultantes da independência da Namíbia e

da luta contra o regime do apartheid que vigorava na África do Sul, bem como os reflexos da presença dos cubanos em território angolano para o futuro político do país. Deste ponto de vista, este estudo de área analisa o impacto da Guerra Fria em Angola - através do estudo da presença cubana em Angola - e África no geral e pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento da história militar do continente, vem como da evolução político-diplomática do mesmo.

Após a criação dos movimentos de libertação nacional angolanos, designadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA com o propósito de combaterem o colonialismo português, em solo angolano; dá-se início à luta armada (1961). Foram sensivelmente treze anos de intensas batalhas travadas em todo o território que terminam com a saída de Portugal, em finais de 1975, após os acordos de Alvor onde foram definidos os prazos da sua retirada e entrega do poder político ao povo angolano com a proclamação da independência que ficou agendada para 11 de Novembro deste mesmo ano.

Por essa altura o território angolano já estava na mira das super-potências, nos meses anteriores à proclamação da independência ocorreram incursões subversivas protagonizadas por potências estrangeiras em parceria com grupos guerrilheiros angolanos. Tratou-se, como refere Sousa Lara, de “ataques, por forma insidiosa ou violenta, à ordem política e social estabelecida, tendo em vista substituí-la, a médio ou longo prazo, por outra” (Lara, 2011, p.302). As ingerências nos assuntos internos de Angola faziam parte de uma estratégia de combate cerrado à expansão do comunismo no continente (em Angola, concretizado pela subida ao poder do MPLA), no âmbito do antagonismo ideológico Este-Oeste.

O novo governo angolano, preocupado com a conservação e segurança do território, procurou estabelecer parcerias político-militares com Estados partidários de ideologias orientadoras comuns, utilizando os canais diplomáticos. Cuba foi abordada e aceitou ajudar o governo angolano a manter a ordem no país acabando por ficar década e meia no território,

com destacada presença militar e civil. Como refere António José Fernandes «nenhum Estado, como instituição que é, pode manter a segurança das pessoas e dos valores materiais e espirituais ou assegurar a manutenção da ordem sem primeiro cuidar da sua preservação» (Fernandes, 2008, p.105).

O conceito de diplomacia, varia de autor para autor mas o facto é que, quer do ponto de vista da teoria política, quer do ponto de vista do Direito Internacional, quer ainda numa perspectiva histórica, a diplomacia é, com efeito, um instrumento ao serviço da política externa tal como o é a guerra; ou seja, na sua acepção clássica, a diplomacia é um instrumento da política externa para o estabelecimento dos contactos pacíficos entre governos de diferentes Estados pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas partes (Magalhães, pp.84- 92).

A diplomacia engloba todas as acções que envolvem negociação na condução da política externa dos Estados e respectiva actuação no ambiente das relações internacionais. Trata-se de uma aproximação pacífica entre Estados e materializa o veículo privilegiado da política externa. A diplomacia é a linguagem escolhida pelos governos dos Estados na sua relação com os outros Estados e organizações internacionais numa relação de soma positiva destinada a impedir a força de actuar, revelando ser um instrumento de manutenção ou de obtenção da paz. Nesse sentido, a política externa define a estratégia geral a seguir pelo Estado e a diplomacia aplica-a (Tomé, 2011, pp.21-22).

A ideia de que a diplomacia é a antítese da guerra – que é a expressão da sua soberania enquanto poder autónomo – pode, no entanto, ser falaciosa no sentido em que a diplomacia não pode exercer-se desligada do poder da força e esta terá sempre que ter um enquadramento diplomático. No campo da realidade da competição entre as potências Raymond Aron afirmou que ‘só o diplomata e o soldado são os verdadeiros representantes da comunidade política,

porque actuam fisicamente no ‘terreno’ da decisão estratégica’ (Aron, 1962, citado por Tomé, p.22).

Como já deixámos dito, a diplomacia procura manter e desenvolver as boas relações entre Estados e resolver pacificamente os conflitos ou diferendos que entre eles possam surgir. Acontece, porém, que certos Estados utilizam a diplomacia como um instrumento de penetração ideológica noutros países ou como um meio de manter um estado de tensão, diplomacia e coação militar não são necessariamente antagónicas; sem diplomacia não pode ocorrer a decisão (ou a recusa de tomar a decisão) de ameaçar ou empregar a coação militar contra terceiros e o poder militar pode ser usado de forma diplomática, isto é, sem necessariamente envolver o seu uso (ou ameaça de emprego) como a alternativa possível aos mecanismos diplomáticos mas sim em apoio dos objetivos de cooperação diplomática.

A União Soviética fez amplo uso deste tipo de diplomacia na Guerra Fria, como de seguida se explica:

«[A diplomacia comunista] é invariavelmente bem-sucedida em expor as intenções agressivas dos governos imperialistas [...]. Faz isto das tribunas das conferências diplomáticas, em declarações e documentos diplomáticos oficiais, assim como na imprensa. Este é um dos métodos da diplomacia socialista através do qual mobiliza a opinião pública democrática e as massas populares de todo o mundo contra as políticas agressivas dos governos imperialistas» (Magalhães, 2005, p.119).

De fato a revolução bolchevique introduziu um nível de conflitualidade no sistema internacional que foi crescendo até culminar na fundação de dois pactos militares, a Aliança Atlântica e Pacto de Varsóvia, e no ambiente de guerrilha política permanente entre os Estados Unidos e URSS na Ásia e África, principalmente. O exacerbamento das diferenças ideológicas abriu caminhos à diplomacia até aí praticamente desconhecidos, aproximando-a do poder militar como elemento central da disputa ideológica Leste-Oeste. Assim, a tensão

bipolar permitiu aos diplomatas estreitarem o seu relacionamento com o aparelho militar, abrindo com isto novas possibilidades de utilização de um instrumento tradicional da diplomacia, o aconselhamento militar no exterior.

O aconselhamento militar é um mecanismo diplomático muito usado em conflitos armados e noutras situações internacionais em que é necessário dar uma resposta às necessidades de modernização militar dos países receptores da ajuda e que, não raras vezes, se revela útil para viabilizar negócios na área militar, como sucede quando há venda de armamentos a esses mesmos países que é, aliás, uma das mais-valias tradicionalmente associada a este tipo de aconselhamento. Com a ascensão dos revolucionários russos ao poder a dimensão de defesa dos interesses vitais na arena internacional passou a estar muito presente na política externa da URSS. Estes interesses eram defendidos em todas as frentes externas através, por exemplo, de fórmulas de cooperação e assistência militar entre países aliados que permitiam a transmissão da ideologia revolucionária marxista (Stoker, 2008, p.4), mecanismos que a Guerra Fria refinou e os processos de descolonização tornaram ainda mais frequentes.

Estes mecanismos de cooperação político-militar envolvendo países amigos, muitas vezes celebrados no quadro de alianças militares existentes ou criadas com este propósito, afastam-se do imperativo funcional do uso ou ameaça de emprego da força armada tradicionalmente associado ao vetor militar, enquadrando-se na velha diplomacia militar (ou de defesa, conceito para alguns equivalente).

Na aceção tradicional a diplomacia militar foi, pelo menos até à década de 90 do século passado, uma diplomacia de apoio a governos amigos, procurando dotá-los de forças armadas capazes de neutralizar as oposições internas que desafiam o regime instituído com a ajuda de inimigos comuns, como aconteceu frequentemente na Guerra Fria. Tanto o Bloco

Leste como o Bloco Ocidental ofereceram este tipo de apoio a amigos e aliados, um pouco por todo o mundo.

Na diplomacia militar tradicional é de destacar a figura do conselheiro militar ou assessor militar, figura claramente associada a imperativos de *Realpolitik* na medida em que treina, assiste e apoia as autoridades nacionais do país para onde é enviado (Cottey e Forster, 2005, p.7).

Por altura da revolução do 25 de Abril de 1974 a ajuda de Cuba ao MPLA foi dada precisamente nestes moldes. Mais tarde a situação afastou-se deste modelo político-diplomático e evoluiu para uma presença militar convencional através da presença de militares cubanos nos teatros de operações, lutando ao lado das forças do MPLA contra a UNITA e África do Sul.

Em 1975 a ‘‘operação Carlota’’ foi um marco no envolvimento de Cuba nos assuntos internos de Angola. Este apoio militar significativo na guerra permitiu a inversão da correlação de forças militares a favor do MPLA e a posterior aplicação do plano da ONU para a independência da Namíbia. Ao abrigo da ‘‘operação Carlota’’ chegaram a Luanda as primeiras ‘‘tropas internacionalistas cubanas’’, pioneiras de milhares de homens e mulheres civis e militares que, mais tarde, partiram voluntariamente para Angola para ajudar a combater os agressores e manter as conquistas alcançadas quer no aspecto militar, quer na vertente do apoio ao desenvolvimento, pois a ajuda comportava numa segunda fase a presença de professores, médicos entre outros apoios de carácter social (Bernardino, 2013, p.322).

O período pós-bipolar, que começou na última década do século XX, repercutiu-se no modo como hoje conceptualizamos e executamos a diplomacia militar.

Pode dizer-se que a diplomacia militar ou de defesa está, actualmente, muito mais virada para a construção de relacionamentos cooperativos com ex-inimigos ou potenciais inimigos (Cottey e Forster, 2005, du Plessis, 2008, Muthanna, 2011), transformando inimigos

em parceiros. Esta nova orientação da diplomacia militar desenvolve-se maioritariamente em tempo de paz e não em tempo de guerra como instrumento da diplomacia nacional e da segurança internacional. Esta nova fórmula não substitui a velha fórmula, pelo contrário, coexiste com a velha diplomacia militar, mais dirigida aos países amigos.

Esta nova função da diplomacia militar ajuda a perceber a evolução recente da política internacional mas não é um dado de análise relevante para o tema da investigação, na medida em que é a velha diplomacia militar o instrumento utilizado por Cuba na sua abordagem estratégica ao problema angolano, perfeitamente enquadrada nos cânones da Guerra Fria e nos objetivos da ideologia cubana de “solidariedade internacionalista” para com os irmãos africanos.

A literatura sobre a diplomacia militar da Guerra Fria é relativamente escassa e essencialmente na língua inglesa. De facto, verificamos que as referências ao fenómeno associam a maior parte das vezes diplomacia militar a actividades que se desenvolvem em tempos de paz. Neste sentido, somos levados a considerar que o conceito não se adequa bem ao estudo do período considerado. Na verdade, durante a Guerra Fria falava-se de cooperação e assistência militar a aliados e amigos (Morgenthau, 1962, Mcardle, 1964, Klare e Arnson, 1981), que passaremos a utilizar em detrimento da noção de diplomacia militar mas como seu equivalente conceptual no período histórico considerado.

Por outro lado, a atividade diplomática relacionada como as noções de diplomacia económica e diplomacia pública (esta última como algo mais que a mera propaganda política) não serão consideradas neste estudo, e isto por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, estes conceitos são posteriores à época em apreço (Berridge e James, 2003) e porque, por outro lado, reportam ao emprego de vetores essencialmente não militares. Estas razões são mais do que suficientes para que não sejam conceitos considerados neste estudo, por não se relacionarem directamente com o tema em análise.

Em suma, este trabalho de investigação procura perceber a presença política e militar de Cuba em Angola ao longo de várias décadas da Guerra Fria e a sua relação com a balança de poderes Leste-Oeste, que segundo a teorização neo-realista é essencialmente uma avaliação do poder militar dos dois blocos em confronto. Tendo em conta os testemunhos de protagonistas deste período e a documentação existente importa perceber, por exemplo, se o esforço militar cubano é uma extensão da estratégia geral da URSS para o continente africano ou se corresponde a uma estratégia de sobrevivência e de demarcação do regime de Fidel em relação a Moscovo e China. As elites locais angolanas sentiam que o internacionalismo de Fidel era genuíno? E a URSS?

Num trabalho desta natureza, afigura-se-nos que a metodologia mais adequada ao problema em análise é claramente a metodologia qualitativa, com recurso a monografias, artigos de revistas e jornais sobre o tema em apreço, bem como audiovisuais sobre este período que tiveram em Angola uma circulação restrita até há bem pouco tempo. A recolha de dados foi complementada com recurso a entrevistas livres a pessoas diretamente envolvidas nos acontecimentos ou estudosas dos mesmos. A identidade dos nossos entrevistados nem sempre é revelada. Alguns dos entrevistados pediram anonimato por considerarem que o tema continua a ser um assunto muito delicado em Angola.

CAPÍTULO II- ANTECEDENTES HISTÓRICOS À COOPERAÇÃO ANGOLANO-CUBANA

Os Primeiros Contactos entre Angolanos e Portugueses

Em 1482, o navegador português Diogo Cão descobriu a foz do rio Congo e entrou em contacto com o maior reino bantu da África Central e Ocidental: o Reino do Congo. Diogo Cão regressou a Portugal em meados de 1484 trazendo consigo quatro bacongo a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que pudessem estabelecer-se relações entre os dois reinos. Os portugueses mantiveram relações razoavelmente pacíficas com o Estado do Congo até depois de 1575, quando deslocaram a sua concentração de esforços para o sul, para o território de Angola (Wheeler, 2011, pp.59-60).

O contacto português com Angola praticamente começou e acabou em guerra. É verdade que até 1575 as relações dos portugueses com os africanos foram essencialmente pacíficas. Mas a partir de 1579 a nova política portuguesa de penetração em Angola iniciou uma campanha militar que desencadeou uma série de guerras que se prolongaram durante um século. Porém, e apesar destes conflitos prolongados, a guerra não acabou no século XVII: Pelo contrário, entre 1579 e 1921 a guerra foi a regra, não a excepção. No século XIX registaram-se alguns anos de paz e, já no século XX, entre 1921 e 1961, mas nesse ano eclodiu uma nova guerra, a guerra da independência de Angola (idem, p.76).

Da Segunda Guerra mundial até meados dos anos 70 os impérios coloniais europeus, africanos e asiáticos, por vezes com vários séculos de existência, desapareceram. A descolonização foi uma sucessão de emancipações políticas, umas vezes concedidas com maior ou menor boa vontade pelas metrópoles, outras vezes duramente solicitadas ou arrancadas pelos povos dominados. Mas foi igualmente um processo de emancipação

económica, social e cultural que pôs em confronto metrópoles e colónias com resultados mutuamente diferenciados (Boniface, 2008, p.98).

Os Ventos das Independências no Terceiro Mundo e a Guerra de Libertação Nacional Angolana

Em 1955 teve lugar a conferência de Bandung, que muito contribuiu para “o acordar dos povos oprimidos”. Em África só havia, à época, quatro países independentes que se fizeram naturalmente representar na conferência: o Egipto, a Etiópia, a Libéria e a Líbia. Presente também o FLN argelino, que desencadeara no ano anterior uma luta armada pela independência nacional combatendo o exército francês, derrotado na Indochina no ano anterior pelas tropas do Vietminh, comandadas pelo General Vo Nguyen Giap (Traça, 2013, pp.33-34).

Poucos meses depois da admissão de Portugal à ONU, em Setembro de 1955, que ocorreu no âmbito de uma negociação que envolveu a entrada de países ocidentais membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e os países alinhados com a União Soviética, António de Oliveira Salazar viu-se confrontado com a necessidade de responder, no quadro do artigo 73.º da Carta das Nações Unidas, ao Secretariado-Geral da ONU que havia solicitado formalmente uma resposta sobre a administração colonial que Portugal ainda exercia sobre os territórios africanos e noutras regiões do mundo.

A resposta do governo português dada pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, foi a de que os territórios referidos pelo Secretariado-Geral nem sequer deveriam ser considerados como não autónomos ou colónias, pois na opinião do Estado português «essas regiões eram independentes da metrópole». Tal resposta implicou uma alteração urgente na Constituição ou revisão constitucional de 1951, pondo termo no plano meramente jurídico e formal à existência de colónias, passando a considerar Angola, Guiné,

Cabo-verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor e Macau como províncias ultramarinas tal como o Minho, Algarve ou Estremadura. Por volta de 1958 a segurança interna dos territórios foi reforçada: estabeleceram-se delegações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e iniciaram-se estudos para o reforço do disposto militar tendente a neutralizar quaisquer tentativas de subversão com origem tanto no exterior como no interior dos territórios do Ultramar com o objectivo de defender os territórios ultramarinos contra a infiltração de movimentos potencialmente subversivos (Cardoso, p.112).

A partir do início da década de 60 os Estados Unidos da América começam a preparar-se para a futura independência de Angola. Para o efeito, muito cedo, os norte-americanos trataram de criar grupos títeres para quando chegasse o momento da libertação ter forças internas capazes de defender os seus interesses. Em nome dos “valores ocidentais” e do anticolonialismo Washington multiplicou também as suas declarações em apoio à independência do continente negro. A crise do então Congo Belga, actualmente República Democrática do Congo, permitiu que os norte-americanos intervissem directamente nos assuntos africanos, sob a bandeira das NU. Em resultado destas movimentações, o líder dos nacionalistas zairenses, Patricio Lumumba, foi tragicamente assassinado.

Em 1962 o presidente John F. Kennedy disse publicamente que “Portugal não podia manter o controlo sobre as colónias africanas indefinidamente e que devia estabelecer-se contactos com futuros líderes revolucionários” (Sierra, 2010, p. 43). A partir desta altura os Estados Unidos começaram a preparar a sua ofensiva africana nas ex-colónias portuguesas, jogando a partir dessa data com diferentes variantes que lhe permitiram conservar os seus interesses e aumentar a sua penetração.

Desde 1958 que os serviços secretos especiais de Washington haviam recrutado Holden Roberto, fundador da União dos Povos de Angola (UPA) e posteriormente da FNLA,

para a sua causa, por esta razão considerado um homem controverso na história recente de Angola (idem, p. 44).

O apoio dos Estados Unidos aos movimentos libertadores angolanos mostra claramente as suas motivações geopolítico-económicas em relação à parcela do território angolano. Em 1956, no decurso do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o próprio Nikita Kruchchev expôs as ambições americanas, afirmando:

“Os Estados Unidos esforçam-se por lançar mão das possessões coloniais das potências europeias (...) Os monopólios norte-americanos desferem a sua ofensiva contra as possessões francesas, belgas, e portuguesas em África. É sabido que antigamente as riquezas petrolíferas do Irão se encontravam totalmente nas mãos dos ingleses, mas agora eles viram-se obrigados a compartilhá-las com os norte-americanos, e hoje os monopólios estado-unidenses lutam por desalojar completamente os ingleses. Acentua-se a influência norte-americana no Paquistão e no Iraque, encoberta com a bandeira de livre iniciativa” (Silva, 2013, p.45).

Ou seja, o anti-colonialismo dos Estados Unidos baseia-se em:

“Motivos predominantemente económicos, ligados ao problema das matérias-primas (...) e o livre acesso aos mercados de que a sua indústria necessita, sobretudo neste momento em que o progresso do soviétismo lhe fecha importantíssimos mercados tradicionais. Dotados de uma poderosíssima indústria, as colónias europeias representam um conjunto de desagradáveis barreiras aduaneiras e de entraves legislativos que ferem uma ambicionada liberdade de acesso aos mercados, a mesma liberdade que justificou a sua intervenção no Japão e China, aqui, justamente, para estabelecer um colonialismo de ordem económica” (Silva, 2013, p.45).

Os Movimentos de Libertação Angolanos

Antes da independência de Angola distinguiram-se como movimentos de libertação nacional o MPLA, de tendência marxista-leninista fundado a 10 de Dezembro de 1956 por António Agostinho Neto, na órbita da União Soviética; a FNLA, anteriormente União das Populações do Norte, fundado em 1957 por Holden Roberto, partido próximo dos americanos e apoiado sobretudo pelos EUA, e a UNITA, fundada por Jonas Malheiro Savimbi em 1966; dissidente da FNLA e do Governo de Resistência de Angola no Exílio (GRAE), partido ajudado de modo particular pela França, África do Sul, Estados Unidos e China Popular. Estes movimentos tiveram uma grande influência étnica na sua formação: o MPLA tem a sua base de apoio na etnia Kimbundo (Luanda, Malanje e Kwanza Sul) e a FNLA (Uíge, Zaire e Cabinda) e a UNITA são formados no seio da etnia Ovimbundo (Bié, Benguela e Huambo) (Carreira, Iko, 1996).

Sem os movimentos nacionalistas a história de Angola teria sido certamente mais pacífica mas, muito provavelmente, as reformas e o desenvolvimento não se teriam concretizado tão cedo. A força e fraquezas destes movimentos são conhecidas. Estes movimentos eram frágeis em 1961 e continuavam a sê-lo em 1970. Não se destacavam pelas suas proezas, pela sua unidade na luta, pela liderança, ou pela qualidade das suas guerrilhas. As desavenças entre os partidos nacionalistas angolanos minavam a sua capacidade de acção a um ponto tal que os dois principais movimentos pareciam gastar mais tempo opondo-se um ao outro do que a lutar contra os portugueses no teatro de operações. Em 1966 o MPLA e depois a UNITA iniciaram as operações de guerrilha, no leste. Em 1971 os movimentos nacionalistas continuavam a ameaçar a presença militar e os colonos portugueses, mas as hipóteses de derrotar os portugueses pela força das armas pareciam ser remotas. O inverso também era verdade. A todos parecia que o conflito não podia ter uma solução militar (Pélissier e Wheeler, 2011, pp. 285-286).

Neto nunca pôs em causa o princípio da luta armada dos povos das colónias portuguesas como a única via para a conquista da independência e do poder. Quando Neto assumiu a presidência o MPLA já estava envolvido na luta armada, Neto limitou-se a reorganizar a luta.

O princípio da luta armada como única via deixada pelos colonialistas portugueses tinha sido defendido em Londres por Mário de Andrade, enquanto presidente do MPLA. Na capital inglesa realizou-se, a 5 de Dezembro de 1960, uma conferência de imprensa na Câmara dos Comuns dada por delegados das colónias portuguesas, onde Mário de Andrade em nome de todos fez o «processo do colonialismo português» e acabou dizendo que o português não tinha deixado aos povos das colónias senão o recurso à «acção directa», quer dizer à luta armada. Naquela conferência de imprensa estiveram presentes, por Angola, Mário Pinto de Andrade – presidente do MPLA - , Viriato da Cruz – Secretário- Geral - e Américo Boavida; por Moçambique dois representantes do «Moçambique Maconde Union», uma organização tribal moçambicana - na época não existia mais nenhuma organização moçambicana que pudesse representar os interesses do país - ; a representar a Guiné estava Alfredo Bangoura – pseudónimo de Aristides Pereira - ; por Goa, os Drs. Dinis e João Cabral, ambos pela Convenção Política de Goa.

A conferência de imprensa na Câmara dos Comuns ficou para a história por nela se ter feito pela primeira vez referência à «passagem à acção directa» isto é, à luta armada em Angola. Data da mesma altura a resolução 1514 da Assembleia-Geral das Nações Unidas intitulada Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais¹ que a partir dessa data passou a ser referida em todas as arenas internacionais.

¹ Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas 1514 (XV), de 14 de Dezembro,

A Insurreição dos Povos e o Início da Luta Arma em Angola

A «revolta do algodão» da Baixa de Cassange, apesar de ser a rebelião menos conhecida de 1961, é a mais fácil de compreender. Tratou-se de um protesto contra o sistema obrigatório de cultivo do algodão, de que a Cotonang, uma empresa monopolista, possuía a concessão na região oriental de Malange. As causas do descontentamento eram numerosas: a população local era obrigada a cultivar somente algodão, deixando de fora produtos alimentares em certas áreas; os 31.652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender a totalidade das colheitas a um preço fixado pelo governo, muito abaixo do preço do mercado mundial; a leste de Malange havia uma verdadeira «algodocracia». O rendimento anual de uma família indígena sob este regime, em 1959-60, variava entre 20 e 30 dólares. Tratava-se de uma exploração dos agricultores, que até alguns membros da administração portuguesa denunciaram.

É possível que os panfletos de células do MPLA em Malange tenham chegado à Baixa. Havia também a influência do *Parti de la Solidarité Africaine congolês* na zona e, possivelmente, de emissários da UPA. Em Novembro-Dezembro de 1960 os produtores deste remoto interior pararam de trabalhar e recusaram-se a pagar impostos. Os africanos atacaram várias lojas, pelo menos um posto administrativo e uma missão católica. Os rebeldes acreditavam que eram invulneráveis às balas. A repressão começou, sendo difícil calcular o grau de violência, mas não há dúvida que ocorreram algumas execuções sumárias e bombardeamentos com *napalm*. As estimativas de mortes variam entre várias dúzias (fontes portuguesas) e dez mil (fontes nacionalistas). Tratou-se sobretudo do massacre de uma população armada com catanas e canhangulos e não de uma operação militar. Segundo alguns, o encarregado do governo do distrito de Malange, um cabo-verdiano, reconheceu que a revolta era justificada (Wheeler e Péliissier, 2011, pp.250-251).

Pouco tempo depois ocorre o 4 de Fevereiro, reivindicado pelo MPLA como a data do começo da luta armada. Na verdade esse foi o momento em que, pela primeira vez, angolanos, alguns armados, atacaram militares e polícias portuguesas de guarda a cadeias e esquadras, no intuito gorado de libertar presos políticos e capturar armamento.

Seguidamente veio o 15 de Março, que marcou o início da revolta de todos os angolanos do Norte. Nesse levantamento foram mortos trabalhadores angolanos oriundos do sul, mestiços e brancos, e ainda todos os que aparentemente pareciam colaborar com o colonialismo português. O 15 de Março ficou tristemente célebre pelo seu radicalismo que ceifou vidas inocentes, pelo simples facto de trabalharem para o colonizador, ou pertencerem a outra raça.

No 4 de Fevereiro estavam em Luanda muitos jornalistas e fotógrafos estrangeiros, que tinham voado para a capital de Angola para ver chegar o navio português *Santa Maria*, que tinha sido tomado de assalto sob o comando de Henrique Galvão, um dos mais destacados opositores de Salazar.

Henrique Galvão, militar português que serviu em Angola o regime, tornou-se célebre por ter elaborado a convite das autoridades portuguesas um relatório rigoroso sobre o trabalho escravo dos angolanos e se ter assumido, a partir de então, como opositor a Salazar. Celebrizou-o ainda mais a tomada do navio *Santa Maria*, em cruzeiro no alto mar, próximo da Venezuela, mas acabaria por levar o navio para o Brasil onde se entregou às autoridades daquele país, por pressão norte-americana que enviou caças para resolver o problema, a pedido de Salazar.

Os jornalistas estrangeiros que aguardavam o navio em Luanda reportaram, não obstante a censura portuguesa, o clima de Luanda e alguns conseguiram mesmo tirar fotografias dos acontecimentos dos dias 4 e 5 de Fevereiro de 1961. Era a primeira denúncia internacional, documentada, dos excessos do colonialismo português.

A resposta portuguesa ao 4 de Fevereiro e ao 15 de Março não se fez esperar. Salazar enviou para Angola reforços, soldados, comandos e agentes de polícia, bem como armamento, com o objectivo de «calar» a rebelião angolana, o início em armas da luta pela independência nacional (Carreira, 1996, pp. 158-160).

Os Primeiros Contactos entre o MPLA e o PCC

Os contactos entre o Partido Comunista de Cuba (PCC) e o MPLA estabeleceram-se pela primeira vez em Agosto de 1965, quando Che Guevara se envolveu directamente na guerrilha na República do Congo Belga. No ano seguinte, Agostinho Neto viaja para Cuba e encontra-se com Fidel Castro num encontro em que foram abordadas questões ligadas à situação da luta armada de libertação em Angola e ao possível envolvimento de Cuba no processo. Na sequência do derrube da ditadura em Portugal, em Abril de 1974, abriram-se novas perspectivas para a proclamação da independência e para a entrada de Cuba na “Revolução Angolana”, deslocalizando os ideais da “Revolução Cubana” para o outro lado do oceano (Bernardino, 2013, p.320).

Segundo o General Mbeto Traça, neste primeiro encontro a direcção do MPLA esteve representada por Agostinho Neto, Reverendo Domingos da Silva, Lúcio Lara, Luís de Azevedo Jr. e outros. Dado que seria dispendioso o envio de combatentes para Cuba, Che prometeu o envio de “uno negrito” para ajudar. Assim foi: antes do fim do ano desembarcou em Brazzaville um grupo de 6 cubanos “negritos”, liderado pelo então capitão Rafael Moracén Limonta, que usava o nome de Humberto Vasques, natural da Chibia. Os outros quatro eram o tenente Reynaldo Fuentes Veitia, o político, um homem alto e afável, discreto e eficiente; o tenente Jorge Barthelemy Miranda (César), de pequena estatura e irrequieto; o sargento Radamés Ransolet (René), baixo, de sorriso triste e não compreendendo bem o alcance da sua missão; o soldado Angel Turro (Angelo), sempre alegre e pronto para tudo; e o soldado Ruben Soac. Inicialmente foi dito que estes seis “negritos” eram angolanos que

tinham vivido em Fernando Pó (Guiné Equatorial), por isso falavam espanhol e não português, e que haviam decidido aderir à luta. Ninguém pareceu ter acreditado na história. Eram todos de origem camponesa e operária, homens que tinham adquirido novo estatuto de com o triunfo da revolução pela qual haviam combatido ou tinham aderido cedo. Viviam e comiam como qualquer guerrilheiro e não procuravam privilégios de qualquer tipo (Traça, 2010, p.94).

Pode-se dizer que a questão da ascendência familiar e descendência de muitos elementos do contingente cubano em África pesou na decisão de ir para Angola pois a maior parte do povo cubano tem sangue africano. Jorge Risquet (Chefe da Missão Cubana em África, sobretudo Angola) alega que quando Fidel Castro lhe incumbiu a missão africana, em 1965, não conhecia o continente africano, mas que sua bisavó era africana e que, por isso, estava muito comovido por estar em África. Os africanos de Cuba ensinaram-nos a amar África e Cuba é um país latino-americano e africano. Estar em África era conhecer os meus antepassados (El Thari, 2006)

O Acordo entre os Portugueses e os Sul-Africanos

Entre 1968 assina-se um acordo entre os portugueses e os sul-africanos mediante o qual os segundos poderiam fazer uso da base aérea do Kwito-Kwanavale, para estacionar e reabastecer os seus helicópteros “Alouette III” e aviões “Cessna 185”. Em mais do que uma ocasião houve confrontos entre os efectivos da SADF e os combatentes do MPLA que por ali operavam. Por detrás destas acções estavam as potências que queriam afastar o MPLA da luta pela autodeterminação. Os Estados Unidos pensavam que deste modo poderiam criar em Angola condições para que, uma vez chegado o momento da independência, o poder do novo Estado fosse assumido pelos grupos criados e financiados por si.

Numa reunião do Conselho de Segurança Nacional norte-americano, em Dezembro de 1969, fez-se o balanço da situação na África Austral e determinou-se a manutenção do *status*

quo, ou seja, o apoio sem restrições às posições da África do Sul, Rodésia e Portugal. Em 1970 o Secretário de Estado americano tornou claro que os maiores interesses dos Estados Unidos na África Austral estavam em Angola, o que explicava, por si só, a importância deste país na estratégia para a zona (Sierra, 2010, p.46).

O MPLA, através do Comando da III Região Militar, alertou sobre a presença no terreno de tropas de infantaria sul-africanas combatendo ao lado dos portugueses, o que foi negado por ambos. Seriam as frequentes visitas do chefe de Estado-Maior do Exército sul-africano a Luanda pura cortesia?

Hoje sabe-se que o Projecto Alcora preconizava uma aliança entre a África do Sul e Portugal para manter a supremacia branca na África do Sul, Rodésia, Namíbia, Angola e Moçambique. Para tal Portugal entregaria o comando das operações à África do Sul, que passaria a ter capacidade de decisão em praticamente tudo. (Traça, 2010, pp.108-109)

Não foi fácil para as forças do MPLA enfrentar as forças adversárias, que eram mais numerosas, mais bem armadas e tinham maior apoio. Os guerrilheiros usavam a tradicional tática da guerrilha. Furtavam-se ao embate frontal e atacavam quando o inimigo menos esperava, procurando sempre utilizar o factor surpresa. As emboscadas, os flagelamentos, a implantação de minas antipessoal e antitanque eram as acções mais frequentes. Atacar quando o inimigo menos esperava e desaparecer antes da chegada dos reforços. Morder e fugir.

Estava sempre presente a frase de Che Guevara: «a frente está na mochila do guerrilheiro e com ele se movimenta. Onde está o guerrilheiro está a frente» (Traça, 2010, pp.108-109).

Em entrevista, o académico angolano Mário Pinto de Andrade, no âmbito da política expansionista dos Estados Unidos o combate ao avanço do comunismo no Terceiro Mundo, concretamente em Angola, era importante por várias razões políticas. Desde logo porque o governo racista da África do Sul era apoiado por Washington na sua luta contra o MPLA

enquanto movimento libertador e posteriormente governo no poder em Angola, por ser de tendência marxista-leninista ou pró-soviético, fazendo-o essencialmente a partir do território namibiano que ocupava e que partilha uma vasta fronteira com Angola. Assim, na proclamação da independência nacional Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, declara que “Angola é uma república popular, socialista democrática e revolucionária. É e será por vontade própria, trincheira firme da revolução em África!.. Na Namíbia, Zimbabwe e África do Sul está a continuação da nossa luta”. Esta declaração chocava com os interesses da África do Sul, país defensor de um regime segregacionista e a viver uma fase de isolamento internacional. A África do Sul não podia cruzar os braços perante a presença de dois Estados, um no Oceano Atlântico, Angola, e outro no Índico, Moçambique, que claramente não tardariam a afrontar os seus interesses regionais.

Ainda sobre as motivações políticas para a invasão sul-africana de Angola, Sérgio Vieira da Silva entende que, em causa, esteve a protecção da fronteira da Namíbia, o controlo da SWAPO enquanto movimento libertador do território namibiano, mas principalmente acabar com o isolamento internacional a que o país tinha sido votado, a África do Sul assumiu a tarefa de lutar pelos interesses do Ocidente, contando que este, como prova de reconhecimento, a viesse a reconhecer como um parceiro de excelência e, conseqüentemente, a reinserisse no sistema de alianças ocidentais e terminasse a pressão para a abolição do regime do Apartheid².

A invasão sul-africana a Angola já estava decidida. Faltava apenas ultimar os prazos concretos da sua execução. É assim que a 23 de Outubro de 1975 uma força sul-africana, com nível de batalhão, apoiada por carros blindados “Panhard” e helicópteros atacou e destruiu a capital da província do Cunene, Ondjiva, a 41 km da fronteira namibiana. As operações da (South African Defence Force) SADF durante estes primeiros tempos permitiram que os

² Entrevista pessoal a Sérgio Vieira da Silva em 5 de Setembro de 2014.

elementos da UNITA se instalassem nas áreas fronteiriças, enquanto o exército da África do Sul retrocedia para as suas bases na Namíbia. No dia seguinte, unidades regulares da África do Sul ocuparam as instalações do complexo hidroeléctrico de Calueque e Ruacaná, com o pretexto de assegurar a sua protecção, sabendo-se que ambos os lugares estavam situados em território angolano.

A 14 de Outubro teve lugar uma penetração sul-africana de maior envergadura quando uma coluna conjunta SADF-UNITA atravessou a fronteira em Oshikango. As forças agressoras “Foxbart”, “Zulu” e “Raios X” eram compostas por uns 50 carros blindados de combate e mais de mil soldados, entre os quais tropas especiais e artilharia de longo alcance. Aos soldados sul-africanos somaram-se entre 500 e mil elementos da UNITA. Cinco dias depois, os invasores chegaram a Ondjiva e a 20 de Outubro tomaram Xangongo, onde puderam contar com o reforço de quatro companhias blindadas de “Panhard”, um pelotão de morteiros de 81 mm e um contingente de mercenários portugueses (Sierra, 2010, pp.51-56).

Ainda relativamente às motivações do governo segregacionista sul-africano, nas palavras do então Ministro da Defesa (Magnus Malan, 1980-1991), a invasão era legítima porque:

“Para a África do Sul, o comunismo era uma ameaça real. Pois, podia impor-se e alastrar-se ao nosso país. Não podíamos permitir isso no nosso país. Que eles chegassem aqui e propagassem e implantassem a ideologia marxista-leninista na África do Sul! Éramos o alvo seguinte do comunismo, o troféu.” (El Thari, 2006).

Na verdade, apesar desta explicação, outros factores de ordem interna e externa que mais adiante veremos esclarecidos de forma detalhada, concorrem para que a África do Sul se assumia como instrumento ao serviço da política expansionista dos Estados Unidos da América, atendendo ao pedido para que destabilizassem o novo governo estabelecido em

Luanda. Pois, como refere o político e nacionalista Ngola Kabango, afecto à FNLA, foram os americanos que organizaram tudo. Convenceram os sul-africanos que a guerra que se travava em Angola não era entre a FNLA, o MPLA e a UNITA, mas sim entre o Ocidente e a União Soviética. E como aliados dos americanos, os sul-africanos começaram a intervir. Com o próprio general Mgnus Malan admitiu e afirmou em entrevista à Jihan El Thari, os americanos haviam pedido ajuda à África do Sul, que acabou por mandar muito material. (El Thari, 2006)

O Acordo de Alvor

Antes de mais, convém realçar que os Acordos de Alvor foram um momento particularmente marcante da história político militar de Angola.

Antecedendo este acordo teve lugar uma importante reunião em Mombaça, de 3 a 5 de Janeiro, sob os bons ofícios de Jomo Kenyatta, Nesta reunião os três dirigentes, Neto, Holden Roberto e Savimbi, comprometeram-se a unificar posições frente aos portugueses. Tratou-se de um acontecimento importante porque pela primeira e última vez os três líderes dos movimentos de libertação acordaram juntos uma plataforma que serviria de base de discussão na cimeira de Alvor. A cimeira foi organizada na povoação do mesmo nome, entre 10 a 15 de Janeiro de 1975, no Hotel da Penina. Nesta cimeira foi decidida a data independência – 11 de Novembro de 1975 – assim como o processo de transição (Carreira,1996, pp. 161-169).

Segundo o testemunho de Tony da Costa Fernandes, co-fundador da UNITA, foi no encontro em Alvor que as várias delegações angolanas ligadas aos movimentos libertadores se encontraram pela primeira vez. Era natural que existisse uma certa desconfiança. O problema dos brancos, negros e mestiços em Angola era uma realidade, porque os mestiços não eram tratados da mesma maneira que se os negros. No MPLA havia muitos mestiços. O próprio Savimbi, e mais ainda o FNLA de Holden Roberto, desconfiavam que os mestiços poderiam

estar a colaborar com os portugueses. Foi inicialmente difícil convencê-los que essa ideia era falsa e que fazer frente a Portugal era possível. (El Thari, 2006)

Reunidos em Mombaça, os líderes deveriam desmobilizar as suas tropas e abdicar do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra contra os portugueses (as chamadas regiões libertadas) para criarem um exército nacional. Foi proposto um governo de transição com 16 ministérios: cinco para cada um dos grupos reconhecidos pela Organização da Unidade Africana (OUA), quatro para a UNITA e dois para Portugal. A proposta portuguesa propunha um executivo menor e equitativo composto por 12 ministérios, três para cada parte. Os dirigentes nacionalistas também aceitaram que as FAP ficassem em Angola até quatro meses antes da data da independência, ou seja, até Junho de 1975.

A «plataforma comum de entendimento» não impedia a conservação da «identidade das suas organizações». O acordo alcançado não representava, por isso, «a fusão dos movimentos, sob a égide de um directório unificado». As reivindicações perante Portugal eram semelhantes, mas as divergências de fundo mantiveram-se em aberto, como reconheceram à margem das conversações do Alvor. Na hora da despedida (após três dias de trabalhos sigilosos), os três líderes abraçaram-se publicamente: as fotos mostrariam que (na aparência) as quezílias tinham sido ultrapassadas, tranquilizando o povo (Marques, 2013, pp.169-170).

Depois de estabelecido o acordo, os portugueses colocaram em cima da mesa Cabinda mas Neto apressou-se a dizer que Cabinda era um assunto interno. E recorde-se que a parcela territorial de Cabinda constituía o Kuwait de África, em termos de petróleo. Por isso não era surpreendente que alguns dirigentes vizinhos e outros mais afastados da região estivessem interessados naquela faixa de terra. Por outro lado, os americanos já lá se tinham instalado, segundo o testemunho de Tony da Costa Fernandes. (El Thari, 2006)

O Acordo de Alvor estipulava que o alto-comissário português permaneceria com plenos poderes em Angola até a independência. Talvez o elemento mais crucial do acordo tenha sido o estabelecimento de um Conselho de Defesa Nacional e de um exército angolano unificado. Representando os três partidos, o governo de transição entrou em funções no final de Janeiro de 1975, tendo os angolanos experimentado um breve período de euforia e esperança de que os três partidos africanos respeitassem o consenso e as regras estabelecidas em Alvor, até porque estavam convencidos que Portugal poderia impor o cumprimento do Acordo de Alvor, se necessário, com a força do seu exército. Tal não aconteceu, Portugal não conseguiu fazer cumprir as regras do Acordo, como não moderou a hostilidade mútua dos partidos nacionalistas africanos e foi incapaz de assumir a responsabilidade pela segurança em várias áreas em disputa, incluindo Luanda. Em Março/Abril começou o conflito armado entre o MPLA e a FNLA (Wheeler e Pélissier, 2011, pp.359-360).

Para Melo Antunes “o calcanhar de Aquiles foi a incapacidade de obrigar os líderes angolanos cumprirem o Acordo” na medida em que o Acordo não previa qualquer punição eficaz em caso de incumprimento pelos movimentos excepto o recurso à coação militar, o que era inviável (Marques, 2013, p. 218).

A fim de estancar esta violência e de impedir o início de uma guerra civil em larga escala, o Quênia organizou uma cimeira de crise entre Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi entre 16 e 21 de Junho de 1975, em Nakuru. O Acordo de Nakuru foi assinado a fim de possibilitar uma transferência pacífica de poderes por altura da independência agendada para Novembro, mas os efeitos desta iniciativa foram escassos. O encontro tem, apesar de tudo, importância para perceber os sinais que indicavam que uma guerra civil estava iminente. Neste encontro foram referidos três motivos principais: a introdução em Angola de grandes quantidades de armas após o 25 de Abril de 1974 e especialmente depois da transferência dos quartéis-generais dos movimentos (MPLA, FNLA, UNITA) para Luanda,

em Janeiro de 1975; o armamento dos civis e a regionalização dos movimentos que, na realidade, «defendiam» as suas regiões contra os seus rivais (Wheeler e Pélissier, 2011, pp. 360-361).

A internacionalização da guerra civil em Angola era inevitável, à medida que as superpotências começam a apoiar activamente as partes em conflito. A União Soviética começou a dar apoio ao MPLA, usando as forças cubanas, bem como pessoal militar e civil das nações do bloco comunista, especialmente da Europa de Leste. O presidente Mobutu, do vizinho Zaíre, apoiou a FNLA de Holden Roberto e enviou tropas zairenses para o norte de Angola. Entretanto, as forças sul-africanas, encorajadas pelos Estados Unidos, começaram, a partir de Outubro de 1975, a entrar em território angolano para apoiar a FNLA e a UNITA, avançando para o norte, a fim de atacar zonas e cidades controladas pelo MPLA (idem, p. 361).

Foi na fronteira entre Angola e o território namibiano que pela primeira vez os sul-africanos e elementos afectos à UNITA de Jonas Savimbi se encontram. Nessa altura, foi Jorge Valentin, responsável pela informação da UNITA, que recebeu os generais sul-africanos. Não se tratou de um encontro programado, o comandante sul-africano pensava que estava a falar com membros do MPLA quando na verdade aqueles homens eram da UNITA. A África do Sul pretendia defender a FNLA, combater os comunistas e por a FNLA no poder!

Este encontro inesperado vai mudar a sorte de Jonas Savimbi pois foi a partir deste encontro que os sul-africanos aceitaram treinar os soldados da UNITA para poderem combater o MPLA. Assim se definiram os campos na fronteira da Namíbia com Angola. (El Thari, 2006)

A povoação da Chibia foi ocupada a 23 de Outubro e no dia seguinte os sul-africanos encontraram no Lubango, capital da província da Huíla, e a 28 em Moçâmedes, actual Namibe e porto marítimo estratégico.

É importante assinalar a estreita cooperação que nesta fase existia entre a SADF e a UNITA: em cada cidade ocupada pelos sul-africanos criava-se uma organização de administração oposta à do MPLA.

A 3 de Novembro os sul-africanos haviam penetrado mais de 500 km no país quando depararam com a primeira resistência organizada nas proximidades da localidade de Benguela, litoral do Atlântico e antecâmara do principal porto angolano, o porto do Lobito. Nestes combates participou o pessoal da escola de recrutas angolanos recém-organizada e vários instrutores cubanos, que não dispunham dos meios necessários para enfrentar adequadamente os invasores e os seus grupos satélites. Após sérios confrontos, Benguela caiu nas mãos dos sul-africanos e Lobito teve igual sorte 48 horas depois. Em apenas 20 dias, avançaram mais de 700 km, percorrendo em algumas jornadas até 70 km.

Para a região e para a África, em geral, o triunfo da África do Sul poderia ter tido graves consequências, na medida em que teria fortalecido o expansionismo da minoria governante em Pretória que implantara em 1948 a filosofia do *apartheid*, ameaçando a independência dos Estados livres da área e postergando, quem sabe por quantos anos, a independência do Zimbabwe e da Namíbia.

É nesta conjuntura difícil para as forças de libertação da África Austral que o governo de Cuba acede ao pedido de ajuda militar feito pelo MPLA (Sierra, 2010, pp. 56-57). Fidel Castro decidiu ajudar Neto, ainda que de forma inicialmente limitada, enviando-lhe dinheiro destinado às operações de transporte de armas para o território angolano. Assim, a 25 de Julho, Cadelo e Augustín Quintana deixam Havana em direcção a Luanda com 100 mil dólares.

Importa referir também que a versão de Gleijeses sobre a data de entrada dos primeiros militares de Cuba não é consensual. Por exemplo, Gerald Bender sustenta que «ainda em Junho chegaram ao território angolano 250 conselheiros cubanos». Já Kissinger

defende que a intervenção cubana «começou em Maio» e «acelerou-se em Junho», frisando que tal aconteceu «antes do aparecimento dos sul-africanos». (De Sá, 2011, pp. 221)

Certo é que na sequência da visita de Cadelo e Quintana foi decidida a constituição da Missão Militar Cubana em Angola, chefiada por Díaz Arguelles, tendo as forças que a compunham sido enviadas para o território angolano no início de Agosto. Segundo os arquivos de Havana, tratou-se num primeiro momento de uma «missão incipiente», com 25 membros, que chegaram à antiga colónia portuguesa «através de voos comerciais».

Mas a partir de meados de Agosto, Fidel Castro começou a preparar uma «intervenção militar em larga escala» em Angola através de uma operação conjunta cubano-soviética. No dia 15 desse mês Castro enviou uma mensagem a Brejnev contendo um plano que previa a introdução de tropas especiais de Cuba no território angolano e a sua utilização directa nos confrontos, devendo o transporte destas ser assegurado por Moscovo; adicionalmente, competia ao Kremlin ajudar a planear as operações militares, o que implicava o envio de conselheiros soviéticos para Luanda (De Sá, 2011, p.221-222).

O plano de Fidel não parece ter agradado à URSS. Desde logo, os seus dirigentes colocaram objecções ao uso de oficiais e aviões soviéticos em Angola antes da proclamação da independência, receando que isso colocasse em causa a política de *détente* com os Estados Unidos. Depois, Moscovo sabia que a maioria dos países africanos, incluindo alguns aliados, e vários dos seus amigos políticos em Portugal, reagiria negativamente a um envolvimento soviético directo no território angolano. Finalmente, o *timing* do líder cubano era mau pois, por essa altura, Brejnev estava sobretudo preocupado com as negociações com os norte-americanos sobre a limitação de armamentos nucleares estratégicos – os Acordos SALT II.

O Kremlin recusou o transporte de tropas cubanas e o envio de oficiais soviéticos para Angola dando razão às suas forças armadas e serviços secretos, que alertaram para os efeitos de uma intervenção directa na guerra civil angolana nas relações com os EUA. Não obstante,

em Setembro Fidel Castro decidiu avançar, iniciando uma nova fase da Missão Militar de Cuba em Angola através do envio de cerca de 500 conselheiros militares para o território.

Entre os dias 16 e 20, os navios *Vietnam Heróico*, *La Plara* e *Coral Island* partiram de Havana em direcção a Luanda com os primeiros 300 elementos e com armamento. Simultaneamente seguiram para Brazzaville dois aviões com o restante contingente.

De acordo com Piero Gleijeses, a única preocupação de Fidel Castro residia na «resposta dos portugueses à chegada dos navios cubanos», tendo deixado claro que era «preciso evitar a todo o custo um conflito armado com Portugal», pois, qualquer que fosse o resultado, ia «dar a impressão de que estavam a invadir “Angola”». Contudo Fidel tinha negociado ainda em Agosto com alguns destacados dirigentes político-militares de Lisboa e obtido a sua aquiescência à entrada das tropas de Havana no território angolano (De Sá, 2011. pp. 222-223).

É de suma importância frisar que Cuba decidiu intervir militarmente em Angola independentemente da autorização de Moscovo. Como refere o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Anatoli Adamichin, Fidel Castro tomou essa decisão sem o conhecimento de Moscovo:

“O contingente cubano regular apareceu em Angola sem o nosso conhecimento e muito menos sem autorização... Foram eles que nos envolveram e não nós a envolvê-los... Mas nós, fieis aos princípios internacionalistas, não levantámos especiais objecções.” (Milhazes, 2009, pp.67).

O que mostra que rapidamente acabaram por aceitar, mesmo correndo riscos no âmbito do confronto ideológico com os Estados Unidos.

Karen Brutentz confirma esta ideia sustentando que a operação cubana, ao contrário do que pensava Ocidente, não foi planeada pela parte Soviética, nem sequer foi acordada com

ela, como o próprio Fidel Castro revelou. G. M. Kornienko, então primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, escreveu no livro *Guerra Fria* que Moscovo soube destas movimentações por um telegrama do embaixador soviético na Guiné que, citando um colega cubano, falava das aterragens técnicas de aviões com tropas cubanas que se dirigiam a Angola (Brutentz citada em Milhazes, 2009, pp. 67-68).

Importa igualmente referir que o envolvimento militar soviético em África arrancou na década de 60. Já então haviam sido detectados (Janeiro ou Fevereiro de 1961) os primeiros submarinos perto das águas territoriais de Angola, assim como navios de rastreio de telecomunicações dissimulados como barcos pesqueiros. Porém, nada mais do que isso. Nesse tempo o tabuleiro africano pouco significava para a URSS do ponto de vista geopolítico e nem a emergência de novos Estados independentes capitalizava a sua atenção (Bradley, 2010, p.472). De resto, os políticos russos e os seus estrategas tinham pouco ou nenhum conhecimento da África negra e dos seus movimentos de libertação. Assim, em 1963 o Kremlin preparava-se para reconhecer e apoiar o Governo Revolucionário de Angola no Exílio “GRAE” tutelado pela FNLA de Holden Roberto. Os russos não encontravam grandes diferenças ideológicas entre o MPLA e a FNLA, pareciam-lhes semelhantes e igualmente aptos a servir os desígnios estratégicos da grande potência. No plano do confronto global com os Estados Unidos, o interesse soviético residia então quase exclusivamente no corredor estratégico do Cabo de Boa Esperança que conheciam bem, o que explica a presença de submarinos nas águas do sul do Atlântico numa fase tão inicial do conflito Leste-Oeste (Milhazes, 2009, pp. 13-14).

Segundo Vladimir Chubin Evsiukov, historiador russo, os primeiros contactos entre o MPLA e PCUS datam da segunda metade de 1961, com a chegada a Moscovo de dirigentes do MPLA tais como Mário de Andrade, presidente interino, e Viriato da Cruz, secretário-geral. A sua visita permitiu o início da cooperação. Ambos deixaram uma impressão positiva

como pessoas sérias, conhecedoras da situação. Foi tomada uma decisão sobre a prestação de ajuda multilateral à organização. Pouco tempo depois, Agostinho Neto, com a ajuda do Partido Comunista Português de Álvaro Cunhal, vai a Moscovo e deixa também uma boa impressão nos dirigentes soviéticos.

“Todavia continua Evsiukov -, logo a seguir, começámos a receber notícias de divergências surgidas entre Agostinho Neto, por um lado, e Mário de Andrade e Viriato da Cruz, por outro. A agudização das relações entre eles levou a que Mário de Andrade tenha sido afastado da Direcção e Viriato da Cruz, depois de romper relações com A. Neto, tenha partido para a República Popular da China, onde, como soube mais tarde, faleceu. A ruptura de relações entre essas pessoas provocou uma reacção negativa entre os membros do MPLA e foi incompreensível para nós.” (Milhazes, 2009, p. 33).

Segundo o testemunho de Jorge Risquet, então responsável da Missão Cubana em Angola, a URSS tinha contactos com o MPLA e o contacto com os seus dirigentes provaram aos cubanos que estes eram progressistas.

Neto era socialista e independente. Queria o socialismo em Angola, mas dirigido por angolanos, não por chineses, soviéticos ou cubanos. Os cubanos também eram socialistas e também recusavam ser dirigidos por terceiros e pensavam que cada país dever ser dirigido pelo seu povo. É nesta base de luta contra o colonialismo que Neto vai a Havana encontrar-se com Fidel, que lhe confirma o apoio à sua base ‘do MPLA’ em Brazzaville e diz-lhe que poderiam formar colunas para actuarem na frente longínqua, colunas mistas angolanas e cubanas. Fidel informa-o que Cuba pode fornecer toda a ajuda necessária ao MPLA e prontifica-se a receber estudantes angolanos. É organizada a primeira coluna com 100 combatentes, treinada e armada por Cuba. O MPLA pede ajuda por causa de Cabinda.

Cabinda, como já se referiu, é uma província muito importante em Angola, muito rica, senão a mais rica do país. Tem muito petróleo e muita madeira. Foi nesta região que se decidiu (em 1964) relançar a luta armada a partir do movimento aí existente, com intuito de alastrar a sua presença militar aos outros pontos do território angolano. (El Thari, 2006)

A Operação Carlota e a Batalha de Kifangondo

A 5 de Novembro de 1975 dá-se início à “Operação Carlota”, que marcou a inversão da situação militar em Angola e criou condições para a aplicação do plano da ONU para a independência da Namíbia. A intervenção das FAR iniciou-se com o primeiro voo em 7 de Novembro de 1975 com 652 tropas de elite (membros do batalhão de tropas especiais que não dependem das Forças Armadas Revolucionárias, mas sim do Ministério do Interior, soldados bem treinados, com nível de ideológico e político elevado, alguns com formação académica) numa manobra militar levada a cabo contra a incursão sul-africana em apoio do MPLA. Assim, entre 8 a 10 de Novembro chegaram a Luanda as primeiras *Tropas Internacionalistas Cubanas*. Posteriormente chegaram a Angola milhares de homens e mulheres civis e militares voluntários para ajudar a combater os agressores e manter as conquistas alcançadas quer no aspecto militar, quer na vertente do apoio ao desenvolvimento, pois a ajuda comportava numa segunda fase a presença de professores, médicos e entre outros de carácter social (Bernardino, 2013, p.322).

Há que ter presente que por altura da chegada destas tropas os sul-africanos estavam a 25 km de Luanda. A tomada de Luanda estava para breve (Sierra, 2010, p.57).

Cuba interveio unilateralmente em Angola. O próprio Comandante Fidel Castro diz:

“Quando a 23 de Outubro de 1975, Angola é invadida pelo exército regular sul-africano, não podíamos cruzar os braços! E quando o MPLA nos solicitou ajuda, oferecemos-lhe a ajuda

necessária para impedir que o apartheid se instalasse em Angola. E mais... Posso assegurar-vos duma coisa: dada a natureza das relações entre a URSS e Cuba, e da política da União Soviética; Nunca o Governo ou partido soviético pediram a Cuba para enviar um único homem para Angola. Uma decisão desta natureza, só podia ser tomada pelo nosso Governo”.

(El Thari, 2006)

Segundo o testemunho de Frank Wisner Jr. ligado ao Departamento de Estado para os Assuntos Políticos norte-americano era a primeira vez que um exército regular estrangeiro desembarcava em África na história recente do continente. Washington recebeu a notícia com apreensão e preparou-se para enfrentar os cubanos.

Ainda sobre a atitude interventiva de Cuba, o Director dos Negócios Estrangeiros do Politburo da URSS, Karen N. Brutentz, refere que a decisão de Cuba enviar tropas para Angola foi mal recebida pelos dirigentes soviéticos, que se sentiram ultrapassados por Cuba que não consultou a URSS antes de avançar.

A URSS acabaria por não aplicar nenhuma sanção a Cuba. Já tinham armas soviéticas. Cuba estava muito perto dos Estados Unidos e tinha instalações militares essenciais para a URSS, aliás, nessa época Cuba tinha uma enorme importância estratégica para a URSS. (El Thari, 2006)

Segundo Jorge Risquet, Cuba decidiu por vontade própria intervir em Angola a pedido do MPLA de Neto. Angola precisava de combatentes e armas com muita urgência. Os sul-africanos avançavam e os angolanos não podiam esperar pelo dia 11 de Novembro de 1975, caso contrário os sul-africanos e Mobutu chegariam a Luanda e a independência ficaria comprometida. Neto contactou os soviéticos, que não quiseram intervir em Angola antes de 11 de Novembro. Por isso, Neto não hesitou em pedir ajuda a Cuba. Os cubanos tinham organizado uma primeira coluna em 1965, pelo que era substancialmente mais fácil obter a

ajuda aos cubanos. Segundo El Thari enviaram 36.000 homens para Angola, numa operação aberta. (El Thari, 2006)

A crise dos mísseis de Cuba em 1962 havia deteriorado as relações de Cuba com os Estados Unidos. Neste sentido, a presença de cubanos em Angola era uma derrota para os Estados Unidos. Herman Cohen, então membro do Conselho Nacional de Segurança dos E.U.A., revelou que este envio de tropas para Angola foi para os Estados Unidos o fim do desanuviamento embora os russos não fossem os responsáveis. (El Thari, 2006)

Nesta fase crítica, os movimentos nacionalistas desdobravam-se em contactos com as superpotências para garantirem que conseguiriam o controlo unilateral da capital, Luanda, e proclamar a independência a 11 de Novembro, data agendada em Alvor. Na batalha de Kifangondo, segundo Ngola Kabango, alto dirigente do FNLA, o objectivo era chegar a Luanda e impedir o MPLA de proclamar uma independência unilateral.

As forças coligadas, FAPLA e FAR, começaram a flagelar as posições das forças opositoras com morteiros e sobretudo com o lança-foguetes denominado “órgãos de Estaline” ou 40 canos, o que foi determinante para a debandada e o desespero que se instalou. Segundo o general Magnus Malan, então ministro da Defesa da África do Sul, apesar da África do Sul ter armas em grande quantidade as tropas angolanas e cubanas tinham muito mais armas soviéticas de calibre equiparável às deles. Na batalha de “Kifangondo”, segundo Magnus Malan, o clima trouxe problemas as veículos militares utilizados, que ficaram atolados na lama. Não tiveram outro remédio senão abandonar o território angolano por algum tempo mas continuaram a armar e treinar as tropas da UNITA.

Agostinho Neto pôde proclamar a independência em 11 de Novembro de 1975; tendo convidado Fidel Castro a celebrar a vitória em conjunto. Cuba vive a sua hora de glória. Na verdade, a partir dos anos 60 Cuba apoiou nada mais nada menos que 17 revoluções em África, mas nenhuma delas conheceu o sucesso alcançado em Angola. Vários dirigentes

africanos aproveitam o momento para exprimir a sua gratidão a Fidel. Durante três semanas, Fidel fez uma digressão pelo continente sendo recebido como herói da independência africana. A política internacionalista de Cuba acabava de dar os seus frutos. (El Thari, 2006)

Aquilo que aconteceu no dia da independência de Angola foi algo sem precedentes na história da África contemporânea. A potência colonial entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao «povo de Angola». À medida que os planos de uma transição pacífica da autoridade colonial para a independência se foram gorando, Portugal começa a ficar sem grandes opções: o alto-comissário e as guarnições militares portuguesas acabam por embarcar em navios com destino a Portugal e Portugal recusou-se a entregar o poder a qualquer dos movimentos africanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao «povo de Angola» (Wheeler e Pélissier, 2011, pp. 361-362).

A saída forçada do colonizador, em finais de 1975, põe fim a sensivelmente a treze anos de intensas batalhas que perturbaram e causaram sofrimento em todo o território angolano. Importando salientar, também, que nos meses anteriores à conquista da independência e no após independência, o território angolano foi alvo de movimentações subversivas instigadas por potências estrangeiras em parceria com grupos guerrilheiros angolanos. O que estava em causa era um combate cerrado à expansão do comunismo, que lograra implantar-se em Angola com a conquista do poder político pelo MPLA, no âmbito de um processo político mais amplo, o antagonismo ideológico Este-Oeste.

Importando referir também que antes da data da independência ocorreram vários contactos de carácter político-militar e diplomático entre angolanos e cubanos. Em Julho de 1975, o Comandante Díaz Argulles viajou até Luanda, liderando uma delegação de conselheiros militares cubanos, para fundar e dirigir centros de treino militar (Bernardino, 2013, p. 321).

Cuba e a Formação de Forças Armadas em Angola

O MPLA, até então movimento político de raízes maioritariamente urbanas, começou a transformar-se numa organização militar armada apta a travar uma guerra de guerrilha. A transformação foi difícil mas, por outro lado, já não havia dúvida que só pela via das armas se conquistaria a independência e que o movimento iniciado em 1961, com o 4 de Fevereiro, e ampliado com o 15 de Março tinha de ter continuidade.

A direcção do MPLA sabia que o desafio de edificar umas forças armadas capazes de fazer face ao exército português era enorme, uma vez que este estava implantado no país há séculos e estava habituado às chamadas “campanhas de pacificação”. Para além do mais, Portugal não estava sozinho na sua estratégia africana. Os parceiros da OTAN declaravam nas Nações Unidas o seu anticolonialismo ao mesmo tempo que armavam o exército que ia combater em Angola, não vendo nisto qualquer incompatibilidade.

O homem é central em qualquer conflito, de nada valem quantidades enormes de armamento se não há homens capazes de o utilizar. Por essa razão se investiu em primeiro lugar na formação de quadros militares, aproveitando todas as oportunidades que eram oferecidas para formar combatentes (Traça, 2013, pp.42-47).

Em meados de 1961 surgiu uma proposta de formação de pessoal na República Socialista da Checoslováquia. O grupo fazer cursos civis era maioritário e nele estavam integrados jovens militantes (Francisco Magalhães Paiva “Nvunda”, Simão Pedro Augusto “Mabiala”, Garcia Bires, Fernando Brica, Lucas, Borges Bamba, Isaac Sebastião e outros).

Havia ainda um grupo militar de três militantes (Jacob João Caetano “Monstro Imortal”, Freitas e Gonçalo) que fizeram estágio militar na cidade de Brno. Quando em 1966 chegou à I Região comandando o Esquadrão Cienfuegos, deu o nome de Brno à base do Comando.

No decorrer da luta, os combatentes foram treinados um pouco por todo lado: em países socialistas europeus como URSS, Jugoslávia e Bulgária; em África, para além dos países do Magrebe, no Sudão, Congo-Brazzaville e Tanzânia; em países asiáticos como Coreia do Norte e China, e, na América do Sul, logicamente, em Cuba (Traça, 2010, p.48).

III CAPÍTULO - A GUERRA CIVIL ANGOLANA

Nas primeiras fases da guerra civil, o MPLA tinha uma supremacia militar face aos seus rivais, a FNLA e a UNITA.

Em Março de 1976 as forças do MPLA apoiadas por tropas cubanas e por peritos da União Soviética e dos Estados do seu bloco de aliados, devidamente armados, tinham derrotado e dispersado as forças rivais, a FNLA e a UNITA. A FNLA e UNITA tinham perdido o apoio da República Popular da China e constataram que o apoio americano iria ser reduzido ou suprimido depois de o Congresso norte-americano ter decidido restringir ou pôr fim ao apoio da administração Ford à sua causa. Por seu turno, as forças sul-africanas, a braços com pressões internas e internacionais contra a sua intervenção, foram obrigadas a retirar-se para a Namíbia nessa mesma Primavera.

Apesar do sucesso inicial a administração do MPLA em Luanda não teve vida fácil. O colapso da autoridade portuguesa, a perda de vidas e a desordem provocada pela guerra civil, bem como o êxodo da maior parte da população europeia até finais de 1975, contribuíram para destruir a economia angolana. Embora alguns elementos da população africana estivessem aptos a assumir posições de chefia, faltavam quadros formados para a administração, o comércio e a economia. É certo que se tentou colmatar estas lacunas com pessoal enviado por Cuba, União Soviética, Alemanha de Leste, Polónia e outros Estados comunistas mas o facto é que a economia continuava num estado desastroso. Depois de um breve hiato na guerra civil em finais dos anos 70, a guerra voltou a alastrar em 1978 e a produção agrícola, industrial, pesqueira e mineira ficou praticamente paralisada (Pélissier, 2011, p. 362).

Um elemento importante na nova gestão da economia angolana foi a nacionalização de toda a indústria, minas, fábricas e de uma parte da agricultura. Em Agosto de 1977, por

exemplo, a maior companhia de diamantes, a Diamang, e as suas operações mineiras foram nacionalizadas. Luanda tentou impor um sistema de tipo soviético com um controlo económico centralizado e uma economia de comando. A partida súbita, sobretudo em 1975, de centenas de milhares de colonos portugueses e não portugueses e o conseqüente abandono de muitos pequenos negócios e explorações agrícolas deixaram um vazio que não serviu senão para encorajar o impulso do novo regime de estender a tutela do Estado a toda a economia não petrolífera. Isto encorajou também «um sistema de controlo e de decisão centralizado» (Wheeler e Pélissier, 2011, pp.362-363).

Com a conclusão, em 1976, da «segunda Guerra de Libertação» e ao longo dos primeiros anos de independência, a administração do MPLA adoptou por inteiro a ideologia marxista-leninista e os modelos político-económicos da União Soviética e de Cuba. As relações com Portugal foram perdendo importância ao longo dos anos, à medida que Angola adoptava novos modelos económicos e educativos com base na influência soviética. A constituição angolana e os sistemas jurídicos posteriores reflectiram estas mudanças (idem, p.363).

Este período ficou também marcado por duas breves crises. A primeira crise, despoletada em Maio de 1977, teve origem numa revolta liderada por Nito Alves que pretendia afastar o grupo de dirigentes do presidente Agostinho Neto e substituí-lo por um regime africano mais radical e de inspiração menos soviética. Este golpe de estado governamental, que determina uma mudança de pessoas no governo mas não introduz alterações profundas em termos de estrutura social e de base social de apoio do Governo (Lara, 2011, p.328) foi abortado pelo MPLA mas em Setembro de 1979 o presidente Neto morreu durante uma visita a Moscovo, sendo substituído na presidência por um engenheiro petrolífero treinado e formado na União Soviética: José Eduardo dos Santos.

No resto do país a situação vivia-se uma situação muito diferente, começava a emergir a resistência rural ao governo estabelecido em Luanda. Por essa altura, apesar de a FNLA ter entrado em declínio a seguir à sua derrota militar no início de 1976 e da assinatura de um acordo diplomático entre Angola e Zaire ter resultado na redução do apoio aos rebeldes da FNLA no Zaire, a UNITA revitalizou-se e reforçou-se. As forças armadas de Jonas Savimbi receberam novo apoio da África do Sul, que usou Savimbi para ajudar a África do Sul a combater o apoio do MPLA à SWAPO, um movimento armado sediado em Angola que combatia pela independência da Namíbia. Savimbi obteve o apoio da administração Reagan durante a maior parte dos anos 80. Logo a partir de 1981, mas sobretudo após a revogação da Emenda Clark (que proibia o auxílio americano aos rebeldes angolanos), Savimbi recolheu apoio sob a forma de fundos, armas e aconselhamento militar de várias organizações americanas, incluindo a CIA (Wheeler e Pélissier, 2011, pp.363-364).

Em meados e finais dos anos 80, a já internacionalizada guerra civil angolana tornou-se, mais do nunca, um conflito alimentado pela Guerra Fria, com as duas superpotências a apoiarem cada uma das partes em confronto. Uma nova dimensão da ameaça ao regime estabelecido em Luanda era, como referido, o apoio renovado da África do Sul à UNITA a partir das suas bases no norte da Namíbia. Assim, em Agosto de 1981 as forças armadas sul-africanas serviram-se da sua «colónia» para invadir a província do Cunene, em Angola, tendo continuado a ocupar zonas do extremo meridional de Angola até meados de 1985 (Wheeler e Pélissier, 2011, p.364).

Segundo José Milhazes, a 27 de Agosto de 1981 as tropas sul-africanas iniciaram a operação «Protea» na região de Ondjiva, onde se encontravam catorze soviéticos:

“Nove militares e... cinco mulheres, esposas dos especialistas da URSS, que não esperavam que a província angolana do Cunene se transformasse tão depressa num verdadeiro inferno devido aos ataques sul-africanos.” (Milhazes, 2009, pp.109)

Dos catorze soviéticos, 9 conseguiram sair do cerco vivos, 2 oficiais conselheiros e 2 mulheres foram mortos nos combates e o alferes Nikolai Pestrestsov foi feito prisioneiro por soldados do 32º batalhão especial «Buffalo» das tropas sul-africanas.

O tenente Leonid Krasnov, tradutor militar da 11ª brigada de infantaria das FAPLA, um dos que conseguiu escapar do cerco, recordou:

“No dia 25 de Agosto fomos cercados pelos sul-africanos. Ondjiva foi atacada por via aérea e panfletos foram lançados, cujo texto dizia que quem apresentasse o panfleto juntamente com prisioneiros ou oficiais das FAPLA, comunistas e soviéticos assassinados por ele, teria o direito de sair do cerco. Um cenário quase ideal para Hollywood! E apenas um dia para pensar! O dia 26 de Agosto foi incrivelmente calmo. Até os animais se acalmaram. Na véspera, os serviços de comunicação da 11ª brigada receberam um texto cifrado do conselheiro do comandante da 5ª região militar com o seguinte conteúdo: ‘‘Aguentar até ao fim. Não se entreguem vivos...’’ (Milhazes, 2009, p.109).

Estas cautelas tinham uma razão de ser: nem a UNITA, nem a África do Sul deveriam conseguir provar junto da comunidade internacional que os conselheiros e especialistas militares soviéticos combatiam do lado dos cubanos e das FAPLA (Milhazes, 2009, pp.109-110).

Em 1981, menos de um mês após a morte de Agostinho Neto, Ronald Reagan é eleito presidente dos Estados Unidos da América e a sua visão da Guerra Fria vai mudar o curso dos acontecimentos na África Austral. Reagan era um adepto fervoroso da Guerra Fria, admitindo

recorrer a todo o tipo de estratégias para contrariar a União Soviética não apenas em África mas no mundo inteiro. Angola era para Reagan um país importante na luta contra o comunismo. Tal como os soviéticos apoiaram os vietnamitas no Vietname os Estados Unidos deveriam socorrer as forças anti-comunistas em Angola. Durante a administração Reagan a diplomacia americana assumiu uma postura mais activa no mundo combinando os aspectos militares com objectivos diplomáticos, estratégicos e económicos. Recorde-se que Reagan queria forçar a saída dos cubanos de Angola e faz deste objectivo um aspecto central de política americana no sul de África. (El Thari, 2006)

No dia 4 de Setembro de 1982 os países da linha da frente (Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) rejeitaram a proposta dos Estados Unidos de relacionar a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul com a retirada das tropas internacionalistas cubanas de Angola. Assim, em Dezembro de 1983 as tropas sul-africanas invadem mais uma vez Angola sob pretexto de perseguir a SWAPO, penetrando até 240 km no interior do território angolano, tendo encontrado resistência por parte das tropas cubanas e das FAPLA. Perante o sucedido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu a retirada imediata das tropas sul-africanas do território angolano (os Estados Unidos abstiveram-se nesta votação). Finalmente, a 16 de Fevereiro de 1984, o governo de Angola e da África do Sul, assinam o Compromisso de Lusaka, estabelecendo o cessar-fogo, a retirada das tropas sul-africana e a deslocação da SWAPO para fora da região fronteiriça. A implementação foi, contudo, muito demorada, durou mais de um ano pelo que em Julho de 1987 o governo da África do Sul começa a apoiar a UNITA com o objectivo de manter forças militares na base de Mavinga no sudeste de Angola. Em Novembro admite o seu apoio à UNITA e incrementa acções contra o governo de Angola, ameaçando a segurança na região sul do país e destabilizando o precário acordo que a sociedade internacional e as NU pretendiam implementar. Em resposta, o governo angolano, através das FAPLA, lança uma

ofensiva militar com assessoria soviético-cubana contra as tropas da UNITA e SADF, com a finalidade de recapturar Mavinga e o aeródromo (considerado o centro de gravidade estratégico na região sul de Angola). (Bernardino, 2013, p. 325)

Nesse mês, começou a operação de reforço das tropas cubanas em apoio das FAPLA, com o objectivo de derrotar as tropas sul-africanas e a UNITA, libertando Angola e abrindo o caminho para a independência da Namíbia. No dia 5 de Dezembro, as primeiras tropas cubanas de reforço avançavam para Cuíto Cuanavale onde ainda se encontravam as forças sul-africanas, apesar das pressões para que abandonassem o território. A 15 de Dezembro, o governo de Angola anuncia uma nova política através da qual as tropas cubanas passam a patrulhar o sul de Angola e assumem o combate directo com as SADF, o que levaria ao envolvimento das Forças Armadas Revolucionárias (FAR)) em acções de combate contra as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) e as Forças Armadas Sul-Africanas. Em Janeiro de 1988, as tropas da África do Sul realizaram o assalto a Kwito-Kwanavale (idem, p.326).

A Batalha de Kwito-Kwanavale

A substituição de Agostinho Neto por José Eduardo dos Santos à frente do MPLA e da República Popular de Angola foi bem recebida em Moscovo, mas a sucessão foi acompanhada por uma nova espiral de confrontos armados entre as FAPLA e a UNITA.

O general soviético Valentin Varennikov liga esses dois factos:

“Na realidade, o sinal para o reinício das suas acções agressivas [EUA] foi a morte de Neto. Considerava-se que a sua morte faria cair a bandeira do MPLA — Partido do Trabalho e que todos os que tinham lutado sob essa bandeira e os que o apoiavam poderiam alterar a sua política, bastando para tal apenas pressionar.” (Milhazes, 2009, p.107).

Porém, continua o general soviético, os dirigentes do MPLA elegeram um companheiro de Neto da luta pela independência do país, Eduardo dos Santos³ como presidente do país e comandante supremo. O Ocidente decidiu que a situação não podia continuar. Além de provocações frequentes, organizadas pela UNITA, FNLA e África do Sul, começou a preparação de acções de grande envergadura. Segundo Milhazes, o MPLA tinha oficiais espões nos destacamentos da SWAPO na Namíbia e no Sul de Angola, que contactavam com os militares da UNITA de (Savimbi) contratados pela África do Sul por pouco dinheiro, mas capazes (também por dinheiro) de fornecer informações precisas sobre as tropas da África do Sul (Milhazes, José, 2009, p. 108).

Valentin Varennikov recorda como ambas as partes utilizavam os dados de espionagem recolhidos pelos pigmeus:

“Os nossos agentes, além das observações pessoais, utilizavam também os serviços pagos dos pigmeus. Eles vivem principalmente nas florestas do Congo, Zaire, Zâmbia, Rodésia, Namíbia, situadas em redor de Angola. Eu vi-os em África apenas uma vez, mas ouvi dizer muita coisa sobre as capacidades. O principal é que os pigmeus têm, tal como algumas espécies de animais selvagens, um faro, audição e visão raros. Algumas horas antes de uma catástrofe natural (inundações, tempestades, sismos, etc.), o seu organismo já “sabe” da aproximação da desgraça. Por isso, os pigmeus tomam medidas e ocupam os seus refúgios protegidos.” (Milhazes, 2009, p.108).

A partir de Outubro de 1983 a contra-ofensiva das FAPLA permitiu a reocupação de territórios ocupados pela UNITA. O MPLA desencadeou uma série de grandes operações militares destinadas à destruição operacional das FALA. Em contraponto, no Kwando-Kubango, a tática da UNITA consistia em retardar as forças FAPLA ao longo do principal itinerário de progressão (estrada Kwito-Kwanavale-Mavinga) pretendendo deste modo ganhar

³ Eduardo dos Santos terminou a universidade na URSS: frequentou o Instituto Estatal de Petróleo de Baku.

tempo para organizar as suas forças em posições defensivas ao longo do rio Lomba (20 km a Norte de Mavinga).

Para reforçar a defesa, a UNITA contava com a artilharia pesada do SADF posicionada a sul do rio Lomba, apoio aéreo e reforço de unidades de manobra e execução de acções militares por intermédio de forças especiais na área da retaguarda destinada a interromper o abastecimento das unidades atacantes. Deste modo, a ofensiva operacional do MPLA até à operação *Saudemos Outubro* não conseguiu inverter a situação militar. Em 1987, realizam-se raides aéreos e flagelações de artilharia numa operação combinada. A soberania de Angola parecia estar em perigo. Trata-se, para o Coronel Correia de Barros de ‘uma fase decisiva do conflito *MPLA-UNITA*, “em que as forças militares em presença estavam ao nível do equipamento e do pessoal, bem como dos apoios externos, com boas capacidades combativas” (Bernardino, 2013, pp. 337-338), em que tanto políticos como militares estavam empenhados em vencer os opositores.

Quer para a UNITA, como para os sul-africanos, a localidade de Kwito-Kwanavale passou a ter relevância estratégica. Para a UNITA, a posição constituía o centro de gravidade para a defesa das suas estruturas militares no Sul de Angola. A manutenção das suas bases logísticas, centro de instrução e posto de comando da direcção política da Jamba dependiam do controlo da região, devido à necessidade de domínio sobre a estrada Menongue-Mavinga e às passagens sobre o rio Kuito. Para a África do Sul era imprescindível que a UNITA mantivesse sob controlo o Kwito-Kwanavale, evitando assim a intensificação, para o interior dos respectivos territórios, da guerra de libertação da Namíbia e da África do Sul, conduzida pela SWAPO e pelo *African National Congress* (ANC), respectivamente.

Para as FAPLA alcançarem a Jamba, a porta de entrada estratégica era a região do Kwito-Kuanavale. Um pequeno aeródromo de manobra permitia que o apoio logístico se efectuasse por via aérea, vantagem que seria explorada por qualquer contendor que

controlasse o Kwito-Kwanavale. Tendo em conta a importância estratégica da referida localidade para as partes em conflito a batalha em Kuito-Kuanavale era uma inevitabilidade (Bernardino, 2013, p. 338).

Imagem 1



LEME do helicóptero sul-africano abatido pela Força Aérea Angolana nas acções combativas.

Fonte: Museu das Forças Armadas Angolanas.

Segundo Jorge Risquet, durante vários anos a tática militar cubana não foi igual à tática militar seguida pelos soviéticos. Os conselheiros militares soviéticos eram brilhantes na arte da guerra e tinham conseguido grandes feitos, como a tomada de Berlim na II Grande Guerra, mas o terreno angolano era de outra natureza. Quem assessorava o MPLA era a URSS e não os cubanos. Apesar de os cubanos não concordarem com a sua actuação em Angola, a verdade é que pouco ou nada podiam fazer em relação às decisões tomadas por Angola, MPLA e União Soviética. Estas divergências levaram à não participação dos cubanos em

várias operações de carácter militar nas proximidades do rio Lomba que, aliás, não correram particularmente bem para as forças governamentais. (Jihan El Thari, 2006, in Cuba, Uma Odisseia Africana)

O governo angolano decidiu, então, pedir ajuda ao contingente de tropas cubano. Cuba decidiu que era o momento de avançar e prestar ajuda imediata a Angola, pelo que enviou forças para desferir o golpe final nas tropas sul-africanas. Em Novembro de 1987 as divisões sul-africanas chegaram aos arredores da cidade, sendo necessário transferir unidades da 50ª Divisão das Forças Armadas Revolucionárias, equipadas com tanques soviéticos T-62. A África chegaram experientes pilotos cubanos dos aviões Mig-23 e da URSS para os exércitos angolano e cubano foram enviados novos lotes de armas, peças e munições. A 16 de Novembro de 1987 conseguiu-se finalmente travar o avanço militar das tropas sul-africanas e da UNITA a apenas 10-15 quilómetros de Kwito-Kwanavale. (Milhazes, José, 2009, pp.124)

Entretanto, Havana preparava o ataque. Unidades blindadas das Forças Armadas Revolucionárias, utilizando tanques soviéticos T-54 e T-62, realizaram um avanço brusco, ladeando as unidades sul-africanas nos arredores de Kwito-Kwanavale, e chegaram a fronteira. A 27 de Maio, os “Mig” cubanos desferiram o primeiro ataque contra as posições sul-africanas perto de Kalueke, a 11 quilómetros da fronteira entre Angola e Namíbia. Várias horas após esse ataque, os sul-africanos foram obrigados a explodir a ponte no rio fronteiriço Cunene, receando que os tanques cubanos entrassem através dela no território namibiano (Milhazes, 2009, p.125).

Importa destacar que, segundo o general sul-africano e então Ministro da Defesa Magnus Malan, as operações cubanas eram dirigidas pessoalmente por Fidel de Castro, a partir de Havana, por telefone, na qualidade de Comandante-em-chefe.

Esta capacidade de Fidel dirigir as operações militares a partir do território cubano causava muita perplexidade na África do Sul. Fidel era uma personagem praticamente desconhecida em Pretória; não se conhecia o seu pensamento ou personalidade. Numa guerra é fundamental conhecer as fraquezas e forças do adversário, a máxima “conhecer o adversário como a ti próprio” é uma das condições para alcançar a vitória. Fidel era imprevisível, a sua estratégia ganhadora pode explicar-se em parte por esta razão (Jihan, El Thari, 2006, in Cuba, Uma Odisseia Africana).

Em resumo, com o reforço militar de Cuba e o apoio da União Soviética o conflito termina com a derrota da SADF e das FALA no Kwito-Kwanavale. A chegada das forças governamentais FAPLA e cubanas à fronteira (oeste) com a Namíbia é a materialização desta vitória (Bernardino, 2013, p. 340).

A batalha do Kwito-Kwanavale (1987-1988) foi, sem sombra de dúvida, o maior confronto militar entre as tropas governamentais, cubanas e russas e os destacamentos sul-africanos e da UNITA da história deste conflito angolano. Em menos de um ano (entre Agosto de 1987 e Maio de 1988) as forças aéreas angolanas e cubanas realizaram cerca de 3000 voos de combate a partir dos aeródromos de Kwito-Kwanavale e Menongue. Segundo Milhazes, mais de 1100 voos foram feitos para desferir ataques, com bombas e mísseis, contra tropas terrestres (Milhazes, 2009, p.125).

À semelhança do que sucedeu em 1975, a decisão de Cuba enviar tropas suplementares para Angola foi assunto debatido em Moscovo. Desta vez a questão da autonomia estratégica cubana teve uma leitura diferente em Moscovo, em virtude da mudança de liderança ocorrida na URSS em Novembro de 1987 que levou ao poder Mikael Gorbatchev. A ascensão de Gorbatchev deteriorou ainda mais as relações russo-cubanas porque, desta vez, as prioridades soviéticas no Terceiro Mundo tinham mudado por completo. Gorbatchev procedeu a uma revisão profunda da política externa da URSS que secundariza o

palco africano e se concentra nas suas relações com os Estados Unidos da América o que, na óptica de Cuba, equivalia a deixar o caminho livre em África para os americanos.

Por outro lado, as tensões entre Cuba e a União Soviética baseavam-se no receio de que Gorbachev e Reagan chegassem a um acordo, o que isolaria e marginalizaria Cuba e, por outro lado, porque era evidente que os soviéticos se encontravam em declínio militar e financeiro, o que teve um impacto imediato em Cuba, que viu os subsídios soviéticos serem reduzidos num momento em que Cuba se empenhava particularmente na resolução militar do conflito angolano. Por outro lado, o desinteresse soviético pelo envolvimento de Cuba em Angola reduziu a sua dependência e gratidão podendo actuar com maior liberdade.

Desta forma, Angola tornou-se um dossiê diplomático e militar de altíssima prioridade para o internacionalismo cubano, mesmo que não fosse do agrado dos soviéticos por se manter um foco de tensão com os Estados Unidos, o que do ponto de vista do novo regime soviético prejudicava o novo entendimento que se tinha entabulado com Washington. Cuba sabia que o financiamento soviético era importante mas optou por tirar partido do afastamento de Moscovo do teatro africano redobrando esforços em Angola, no combate à UNITA e aos invasores sul-africanos. (El Thari, 2006)

Segundo Sérgio V. da Silva a própria África do Sul via o conflito angolano na sua real dimensão estratégica, que obviamente não se resumia ao problema do apoio de Luanda à SWAPO. Como se disse atrás, a motivação principal da invasão da África do Sul não foi a SWAPO, a questão da SWAPO funcionou mais como pretexto para a intervenção que tinha dimensões regionais e inclusivamente extra-regionais. Em Agosto de 1979, na sessão de abertura do Congresso do National Party em Durban, o primeiro-ministro P. W. Botha apresentou um «plano em doze pontos» — uma Estratégia Nacional Total» — para ‘garantir o progresso e a segura na República da África do Sul’. Passemos sumariamente em revista esses doze pontos (Silva, 2013, pp. 156-157):

1. O reconhecimento e a aceitação da existência de multinacionalismo e de minorias na África do Sul;
2. A aceitação da diversificação vertical com o inerente princípio da autodeterminação em tantos níveis quanto possível;
3. A criação pelas nações negras de estruturas constitucionais conferindo-lhes o maior grau possível de autonomia no seio de Estados que tanto quanto possível estejam consolidados;
4. A divisão do poder entre os brancos sul-africanos, os *coloureds* e os indianos sul-africanos num sistema de consulta e de responsabilidade conjunta onde os interesses comuns estiverem em questão;
5. A aceitação do princípio de que cada grupo deve ter as suas próprias escolas e comunidades onde for possível, fundamento para um ambiente social feliz;
6. A vontade de trabalhar juntos como iguais e para consultar em questões de interesse comum, mantendo um equilíbrio saudável entre os direitos do indivíduo e os da comunidade, e a abolição do *petty apartheid*, isto, é, das dolorosas formas de discriminação desnecessárias para a manutenção do sistema;
7. O reconhecimento da interdependência económica e a utilização devidamente planeada da mão-de-obra;
8. A criação de uma constelação pacífica de Estados da África Austral respeitando os respectivos património cultural, tradições e ideais;
9. A determinação da África do Sul em defender-se da intervenção exterior com todos os meios práticos à sua disposição;
10. A prossecução, tanto quanto possível, de uma política de neutralidade no confronto entre as superpotências e a atribuição da prioridade aos interesses estritamente

nacionais, concentrando todos os esforços do país exclusivamente nas questões regionais;

11. A manutenção pelo Estado da tomada de decisão efectiva, assente numa forte força de defesa e de polícia para assegurar um Governo de ordem e uma administração sólida e eficiente;
12. A preservação da livre empresa como base da política económica nacional defendendo uma nação em guerra. Diga-se, aliás, em abono da verdade, que toda a história da África do Sul ao longo do século XX é, no fundo, dominada por um movimento permanente em direcção ao *laager*, ou seja, uma estrutura defensiva assente na consolidação progressiva do poder branco e na sub-jugação dos negros através da separação legal entre as duas comunidades raciais (Silva, 2013, pp.156-159).

O que na verdade o governo sul-africano tentou por em prática foi uma estratégia que favorecia a criação de um regime de hegemonia regional em África liderado por si, sendo necessário criar determinadas condições para atingir e manter o estatuto desejado nomeadamente o fortalecimento do Estado em vários domínios da acção governativa de molde a criar e manter as regras que governam as relações interestaduais num determinado domínio. Segundo esta teorização política o Estado dominante ou hegemónico deve estar disposto a mobilizar os recursos necessários para a manutenção da soberania. A sua posição dominante permite-lhe prescrever novas regras de acordo com as suas conveniências e impedir a adopção de outras que ele julga contrárias aos seus interesses (Gilpin, 1981).

A demonstração de uma clara supremacia militar e económica de Pretória na região permitiria impor na região um conjunto de regras de conduta interestadual compatível com os seus três objectivos fundamentais de «neutralização» a saber:

- A prevenção de um ataque militar convencional por parte de um Estado ou de uma coligação de Estados vizinhos;
- A interdição do território dos países da África Austral ao principal movimento de oposição, o *African National Congress* (ANC), obrigando-o dessa forma, a operar longe das suas fronteiras;
- Neutralidade dos Estados vizinhos na campanha internacional de pressão económica e diplomática contra o regime branco.

Este terceiro objectivo comportava variantes diferentes. Em primeiro lugar, a complexidade do puzzle regional obrigava a África do Sul a desenvolver esforços diplomáticos intensos junto dos governos dos países da região no sentido de obter destes o compromisso de não se oporem ao sistema político da África do Sul ou mobilizarem a opinião pública mundial contra ele e, se possível, ganhar o apoio político destes países numa acção internacional destinada a pôr termo ao isolamento internacional do regime do *apartheid*. Considerou-se que a colaboração económica com os países da região seria uma medida benéfica de aprofundamento dos laços económicos sob a forma de uma associação formal com estes países, a *Southern African Development Community* (SADC), estabelecida em 1992 (Silva, 2013, pp.159-161).

Os Estados Unidos, por seu turno, começaram a reequacionar a sua relação com o governo de Luanda aproximando-se de alguma forma dele, o que permitiu o estabelecimento dos primeiros contactos, ainda informais, entre Angola e Estados Unidos. As conversações de paz sobre o Sudoeste Africano que foram retomadas em Julho de 1987 obrigaram os Estados Unidos a falar com os representantes de Angola sobre a melhor forma de resolver a situação

estratégica na zona. Considerando que a anulação da Emenda Clark, em Junho de 1985, que proibia a ajuda de Washington às organizações que se opunham ao regime de Luanda, não permitiu alcançar os resultados esperados por Savimbi e os seus homens, a administração norte-americana começou a perceber que um bom relacionamento com o governo angolano seria mais benéfico do que a continuação da estratégia de oposição ao ser poder.

O facto é que para os Estados Unidos a luta contra a organização marxista começava a fazer pouco sentido porque o movimento já tinha alcançado o poder e nada sugeria que o pudesse perder com facilidade para os seus rivais políticos. No penúltimo ano de Reagan na Casa Branca já havia a noção de que os projectos traçados para a região não iriam resultar conforme esperado e que era necessário retomar a iniciativa na promoção de uma resolução regional e restaurar a sua deteriorada imagem devido ao fracasso da política regional.

O encontro do secretário de Estado Oliver Tambo, líder máximo do ANC, em finais de Janeiro, o oferecimento de nova ajuda económica ao Zimbabwe, suprimida em 1986, e a crescente actividade diplomático-económica em Moçambique e Angola mostram até que ponto interessava a Washington projectar-se nesta região. Com relação a Angola, Washington continua interessado na continuação das conversações favoráveis a uma reconciliação entre UNITA e o MPLA-PT (Sierra, 2010, pp.207-08).

Em forma de reconhecimento do contributo de Angola e Cuba para a queda do regime racista na África do Sul, após ter saído da prisão e vencer as primeiras eleições democráticas realizadas neste país do sul do continente africano, Nelson Mandela premeia Angola como o primeiro país a visitar no continente negro e Cuba fora deste. (El Thari, 2006; TPA)

Imagem 2



Tropas cubanas, após a derrota das Forças coligadas FALA-SADF no Kwito-Kwanavale.

Fonte: Gustavoacmoreira.blogspot.com

A Ronda do Cairo

Antes dos Acordos de Nova Iorque, houve uma série de encontros diplomáticos entre as partes envolvidas no conflito angolano como a ronda do Cairo, no Egipto, nos dias 24 e 25 de Junho de 1988 em que estiveram presentes representantes de Angola, Cuba, África do Sul e os Estados Unidos, no papel de mediador.

Ultrapassadas as diferenças de opinião acerca do lugar do encontro, a reunião não conseguiu remover todos os obstáculos que poderiam por em causa os acordos de paz. Os representantes de Luanda e de Havana propuseram a elaboração de uma série de princípios básicos sobre os quais se baseariam os acordos de paz. A parte angolano-cubana apresentou projecto de tais princípios e o projecto dos documentos de acordo tripartido a assinar entre Luanda, Cuba e África do Sul.

A delegação sul-africana participou nas negociações sujeita a grande pressão, dada a crescente situação desfavorável no terreno militar. Por outro lado os negociadores sul-africanos não concordavam inteiramente quanto à estratégia que deveria ser seguida para ajudar a configurar a nova realidade regional. Pretória sentia que já não controlava as dinâmicas dos assuntos regionais segundo a sua vontade. A imprensa internacional deu ampla notícia de que os principais negociadores sul-africanos, Pik Botha e Magnus Malan, ameaçavam pressionar a outra parte para que explicasse o avanço das FAPLA para o Sul (Sierra, 2010, p. 447).

Fontes abertas revelaram que a agenda da reunião continha como pontos centrais:

1 – O fim da invasão sul-africana contra Angola e da intervenção estrangeira contra Luanda;

2 - A obtenção do compromisso da África do Sul para cumprir a Resolução 435/78.

No dia 23 de Julho, o porta-voz do Departamento de Estado anunciou a visita de Savimbi aos Estados Unidos, que teria o objectivo de chamar a atenção sobre a necessidade de promover o processo de reconciliação nacional em Angola. Para vários observadores, Savimbi teria viajado para Washington já no fim do mandato de Reagan numa última tentativa para evitar que os Estados Unidos o liquidassem; em troca ofereceria a Namíbia e a saída dos cubanos, estimando-se que o responsável da UNITA queria mobilizar os sectores conservadores do país para continuar a receber o apoio que lhe permitiria continuar a operar militarmente em Angola.

O dirigente da UNITA apresentou às autoridades norte-americanas um ‘plano de paz’ que passava pelo seguinte:

1 – Negociações directas com o MPLA-PT considerando-se que os países africanos e a ONU poderiam ser observadores;

2 – A sua organização e Luanda elaborariam um programa conjunto para a reconciliação nacional;

3 – Formação de um governo provisório até à realização das eleições gerais;

4 – O governo provisório governaria durante três ou quatro anos;

5 – No período de transição Savimbi deixaria a política activa, ainda que depois pudesse participar, novamente, na vida política angolana.

A deslocação de Savimbi aos Estados Unidos polarizou o país em torno do assunto angolano. Ocorreram protestos e fizeram-se ataques a Savimbi que era acusado de estar ao serviço do regime racista da África do Sul (Sierra, 2010, pp. 452-453).

CAPÍTULO IV - OS ACORDOS TRIPARTIDOS DE NOVA IORQUE

Desde as primeiras horas do dia 21 de Dezembro de 1988, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, que as delegações trabalhavam para no dia seguinte rubricaram o histórico acordo de paz na África Austral. A poucas horas do momento da assinatura dos acordos definitivos de paz no Sudoeste africano as expectativas eram muito positivas em relação a um desfecho feliz.

O acordo garantiria a independência da Namíbia, última colónia da África continental e reconhecer-se-iam as fronteiras estatais da República Popular de Angola, assim como a sua soberania e integridade territorial.

Uma boa parte dos diplomatas africanos que se encontravam em Nova Iorque, ainda que se mostrassem satisfeitos pelos consensos alcançados, temiam manobras de última hora que pudessem comprometer a letra e o espírito do que, até ao momento, tinha sido negociado entre as partes (Sierra, 2010, p.775).

O Encontro entre as Delegações

A azáfama diplomática daquele dia foi intensa na preparação da cerimónia de assinatura do acordo tripartido pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Angola, Cuba e África do Sul na presença do mediador norte-americano, o secretário de Estado George Shultz, dos membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança e do próprio Secretário-Geral Pérez de Cuellar. Durante a cerimónia seria igualmente assinado um acordo bilateral entre Cuba e Angola para o estabelecimento do calendário de retirada dos internacionalistas cubanos.

Neste mesmo encontro o Conselho de Segurança decide adoptar uma resolução que autorizou a constituição da *United Nations Verifications Mission of Angola* (UNAVEM), formada por uns 70 elementos civis que se encarregariam de certificar o cumprimento das etapas do calendário de retirada das forças cubanas. A UNAVEM, segundo a Resolução, teria os escritórios principais em Luanda durante um período de 31 meses a partir da data da assinatura do Acordo Tripartido. A missão, presidida por um militar brasileiro com a patente de Brigadeiro General e secundado por um militar norueguês integrou representantes de Espanha, Jordânia, Índia, Argélia, Congo, Checoslováquia e Jugoslávia.

O custo inicial estimado da operação da UNAVEM era 10 milhões de dólares para 1989 e aproximadamente 20,4 milhões nos 31 meses (*idem*, pp. 776-778).

Assinatura dos Acordos Definitivos Para a Paz no Sudoeste de África

A 22 de Dezembro de 1988, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países envolvidos – Afonso Van-Dúnem (Mbinda), angolano, Isidoro Malmierca, cubano, e Roeloff Botha, sul-africano, assinaram em Nova Iorque os acordos para a resolução dos conflitos no Sudoeste de África.

Depois de umas breves palavras do secretário de Estado norte-americano George Shultz, o ministro Van-Dúnem homenageou a solidariedade internacional de Cuba em relação a Angola e agradeceu aos chefes de Estado e de Governo que se ofereceram para receber as rondas da Conferência Quadripartida, iniciadas em Londres e finalizadas em Nova Iorque com os acordos fundamentais. Os Ministros de Cuba e da África do Sul também intervieram na cerimónia solene, assim como o Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar e o Vice-Ministro do Exterior da URSS Anatoli Adamishin.

O Acordo tripartido permitiu a independência da Namíbia e a soberania e integridade territorial dos estados no Sudoeste de África. Angola, Cuba e África do Sul acordaram

solicitar ao Secretário-Geral da ONU que se iniciasse a partir do dia 1 de Abril de 1989, a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança que entre outras questões estipulava que:

“Todas as forças militares da República da África do Sul se retirarão da Namíbia”.

(Sierra, 2010, pp.778-779)

O outro acordo, que estabeleceu a retirada gradual e total das tropas internacionalistas cubanas do território angolano, de quatro artigos, estabeleceu o início, por etapas, do recuo para os paralelos 15 e 13 e a retirada gradual e total para Cuba do contingente de, aproximadamente, 50.000 mil homens que constituíam as tropas cubanas em Angola. Ficou estabelecido que o início seria antes de 1 de Abril, embora o artigo segundo precisasse que ambas nações se reservavam o direito de modificar ou alterar as suas obrigações caso se verificassem violações flagrantes do acordo tripartido (Angola, Cuba e África do Sul). (Sierra, 2010, pp.779)

De facto as derrotas militares e as baixas sofridas pelo exército sul-africano sobretudo no Kwito-Kwanavale e Cunene (com grande incidência em soldados brancos) foi o principal factor que levou a África do Sul a aceitar sentar-se à mesa de negociações.

É importante destacar também que para os Estados Unidos o forte envolvimento de forças cubanas na luta angolana reduziu substancialmente a possibilidade da África do Sul obter uma vitória militar, o que explica a mudança de posição dos Estados Unidos que acabaram por aceitar a participação cubana nas negociações apesar de inicialmente terem recusado essa possibilidade (Janeiro de 1988).

A África do Sul fez tudo para não ter de negociar mas foi forçada a isso, por uma série de razões:

1 – Em primeiro lugar, a enorme quantidade de baixas (incluindo soldados brancos, como se disse) que estava a sofrer no terreno, assim como as implicações económicas desta perda de vidas humanas;

2 – As contradições internas do Partido Nacional, no governo; algumas facções acreditavam que os militares seriam incapazes de alcançar a vitória;

3 – O orgulho político e uma certa prepotência não permitiam que a África do Sul assumisse claramente a impossibilidade de impedir a independência da Namíbia.

A verdade é que os reforços cubanos no terreno forçaram os Estados Unidos a propor uma negociação entre partes que durou 8 tortuosos meses em que a análise permanente das informações e de todas as fontes disponíveis por parte da diplomacia angolano-cubana e a inegável capacidade e engenho militar das tropas foram essenciais para se atingirem os objectivos inicialmente traçados (Sierra, 2010, pp. 799-801).

No patamar diplomático, a República Cubana participa, pela primeira vez, oficialmente do processo de negociações da paz, a par dos EUA. A delegação cubana foi chefiada por Jorge Risquet, membro do secretariado do comité central do Partido Comunista de Cuba e o chefe do Departamento de Relações Exteriores.

A presença cubana em Angola marcou também uma geração de cubanos que se envolveram numa luta política numa terra que não era sua, guiados por uma ideologia marxista de um líder militar que projectava a sua liderança político-militar para um outro continente e que provocou, segundo dados apresentados por Martin James III, um número ainda hoje indeterminado de mortos e feridos, variado entre os 2.016 apontados por Fidel de Castro e os cerca de 15.000 avançados pelos serviços de informações portuguesas da época. (Bernardino, 2013, pp. 326-327).

Imagem 3



Visita de Nelson Mandela à Havana após ter sido libertado da prisão e assumido o poder na África do Sul; nesta visita Mandela agradece ao povo cubano e seu líder pelo grandioso contributo da ilha caribenha na queda do Apartheid na África do Sul.

Na foto, da esquerda à direita: Presidente Mandela e seu homólogo cubano

Fonte: Outras Palavras.net, <http://outraspalavras.net/blog/2013/12/06/mandela-e-fidel-relacao-especial>.

CAPÍTULO V - O BALANÇO DO LEGADO DE CUBA EM ANGOLA E NO CONTINENTE AFRICANO

Angola situa-se na África Central Ocidental, a sul do Equador. O seu território estende-se entre os 5 e os 18 graus de latitude sul e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste de Greenwich (Wheeler e Pélissier, 2011, p. 25).

Em 1482, o navegador português Diogo Cão descobriu a foz do rio Congo e entrou em contacto com o maior reino bantu da África Central e Ocidental: O Reino do Congo. Diogo Cão regressou a Portugal em meados de 1484, trazendo consigo quatro bacongos a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que pudessem estabelecer-se relações entre os dois reinos. Os portugueses mantiveram relações razoavelmente pacíficas com o Estado do Congo até depois de 1575, quando deslocaram a sua concentração de esforços para o sul, para Angola (Wheeler e Pélissier, 2011, pp.59-60).

Para Sousa Lara, a principal causa da expansão portuguesa reside no vislumbre da possibilidade de obter uma nova fonte de negócios, de procura da fortuna rápida a conseguir pelos lucros da promissora actividade de comércio de cereais, de metais preciosos designadamente do ouro e da prata, das especiarias, do açúcar e dos escravos. É óbvio que o império português não teria sido possível sem a tradição náutica que remonta ao início da nacionalidade e que se fortalece a partir do reinado de D. Dinis, com a instituição do almirantado. A tradição das cruzadas apelava ao patrocínio papal. E os sumos pontífices não recusavam aos portugueses um conjunto de bulas apostólicas que legitimaram, nos termos da época e na lógica do catolicismo dominante, tal empresa (Lara, 2002, p. 26).

O contacto português com Angola praticamente começou e acabou em guerra. É verdade que até 1575 as relações dos portugueses com os africanos foram essencialmente

pacíficas. Mas a partir de 1579 a nova política portuguesa de penetração em Angola está na origem de uma campanha militar que desencadeou uma série de guerras que se prolongariam por um século. A guerra continuou nos séculos seguintes: Entre 1579 e 1921 a guerra foi a regra. Depois, houve um período de paz, entre 1921 e 1961. Em 1961 eclodiu uma nova guerra, a guerra da independência de Angola (Wheeler, 2011, p.76).

Com o advento da Segunda Guerra e a consolidação da Guerra Fria, os países vencedores, como os Estados Unidos da América e União Soviética, traçaram o objectivo de controlar do ponto de vista geopolítico e estratégico o mundo através da exportação das suas ideologias para todos as zonas e continentes. A partir da realização da conferência de Bandung vários países do então Terceiro Mundo começam a desenvolver esforços para se libertarem do jugo colonial a que foram submetidos por largos séculos por impérios europeus e não europeus.

No caso particular de Angola, a potência colonizadora poderia ter aproveitado algumas condições favoráveis à descolonização pacífica do território, como o apelo dos Estados Unidos nas Nações Unidas em 1955 para que iniciassem o processo de transferência da soberania, a conferência de Bandung no mesmo ano e a autodeterminação do Congo Belga, em Junho 1960. As décadas de 50 e 60 do século XX são marcadas pela formação de movimentos libertadores, tais como o MPLA, fundado por António Agostinho Neto em 1956, a FNLA de Holden Roberto, em 1957, e a UNITA por Jonas Malheiro Savimbi em 1966. De realçar que estes movimentos foram inicialmente alicerçados em factores de natureza étnico ou tribal e que só posteriormente assumiram uma dimensão nacional com implantação em todo o território.

A independência do Congo Belga, território fronteiro de Angola, vai influenciar significativamente as primeiras insurreições significativas contra o poder colonial em Angola, com a *revolta do Algodão ou da Baixa de Cassange* em Janeiro de 1961, fortemente

reprimida pelo regime de Salazar. A intentona de 4 de Fevereiro de 1961 foi reivindicado pelo MPLA como a data do início da luta armada e o 15 de Março do mesmo ano foi reivindicado pela FNLA enquadrando-se na luta pela emancipação do povo angolano.

Como já se referiu anteriormente, os três movimentos libertadores angolanos organizaram e desenvolveram uma luta eficaz contra o poder colonial implantado em território angolano com apoios externos num momento em que o mundo se dividia segundo uma lógica de blocos no sentido Este-Oeste, entre os Estados Unidos da América e União Soviética e seus aliados. Cada um destes movimentos de libertação teve de se alinhar com um destes blocos. É nestas circunstâncias que o MPLA vai estabelecer contactos com países do bloco comunista ou marxista-leninista, tais como a União Soviética, Cuba e outros; interessando nesta investigação destacar o legado cubano em África e em particular no território angolano.

Como já atrás referimos, os primeiros contactos entre o Partido Comunista de Cuba (PCC) e o MPLA estabeleceram-se em Agosto de 1965, quando Che Guevara se envolveu directamente na guerrilha na República do Congo Belga.

Neste encontro entre dirigentes dos dois partidos, Agostinho Neto solicita ajuda a Cuba para a formação militar de angolanos, que é confirmada por Che Guevara, culminando com o envio de 6 instrutores cubanos que vão formar elementos do exército.

A presença militar cubana em Angola no âmbito da cooperação político-militar que ocorreu, numa fase inicial, entre o MPLA e o PCC e posteriormente entre os dois Estados, foi fundamental para travar o avanço das tropas sul-africanas em coligação com as FALA da UNITA nas suas incursões no território angolano, assim como das tropas de Mobutu coligadas com a FNLA com intuito de controlarem Luanda e impedirem o MPLA de proclamar unilateralmente a independência angolana, e consequentemente a conquista do poder ou independência a 11 de Novembro de 1975.

Cuba foi crucial na formação das tropas do MPLA e na conquista da independência – a operação Carlota, batalha de Kifangondo –, uma decisão que mostra a vontade de assumir uma política externa independente nos teatros de operações em Angola e não só relativamente às posições de Moscovo no que se refere a África e ao contexto político internacional da altura, isto apesar de Cuba ter sido um Estado satélite da União Soviética. Após a independência, em 27 de Maio de 1977 Cuba volta a ser um trunfo político-militar para as forças governamentais do jovem país, pois só com a sua ajuda foi possível esmagar a tentativa de golpe de Estado protagonizado pelo então Ministro do Interior Nito Alves e seus seguidores, descontentes com o rumo que o país seguia sob a liderança do partido ao qual pertenciam e que ajudaram a erguer mas do qual agora discordavam.

A morte de Agostinho Neto e a ascensão de José Eduardo dos Santos ao poder não trazem a paz a Angola. Em pouco tempo Angola vê-se mergulhada numa guerra civil internacionalizada alimentada pela Guerra Fria travada pelo bloco socialista e o ocidente. A ascensão de Ronald Reagan ao poder nos Estados Unidos vai mudar a sorte de Jonas Savimbi que se vai tornar o seu mais importante aliado no continente africano, peça-chave para escorraçar os comunistas de Angola, cubanos e soviéticos, e derrotar o governo de tendência marxista-leninista. De novo Fidel Castro recebe um pedido do governo de José Eduardo dos Santos para reforçar a cooperação político-militar durante a fase de consolidação da soberania. As forças coligadas FAPLA e FAR lutam na batalha de Kwito-Kwanavale, na localidade com o mesmo nome e cidade estratégica no ponto de vista militar, a partir da qual contavam ganhar acesso à capital angolana. Esta batalha sangrenta durou 6 meses e termina em 1988 com a derrota das FALA e SADF abrindo caminho aos Acordos Tripartidos de Nova Iorque, que determinam a retirada das forças da África do Sul da Namíbia e a concessão da independência - uma exigência da parte angolana e cubana -, e a retirada das tropas cubanas de Angola em Junho de 1991.

Analisando retrospectivamente o internacionalismo cubano é inegável que Angola e África no geral foram um palco fundamental para a viabilização da revolução cubana e a sobrevivência do regime castrista, depois do insucesso das intervenções militares na América Latina – Nicarágua, Guatemala, Argentina, Venezuela e Chile (Almer, 2011, p.43).

A aproximação a África não começou com o envolvimento em Angola, anteriormente Cuba já tinha enviado missões militares e humanitárias para a Argélia e República Democrática do Congo, por exemplo, mas estas missões não podem comparar-se com a dimensão e importância da missão internacionalista em Angola.

A ideia de ajudar Angola a encontrar o seu caminho insere-se numa estratégia de sobrevivência do regime castrista e de demarcação política em relação às orientações ideológicas de Moscovo e de Pequim. Apesar da revolução castrista não ser originariamente marxista, Fidel adoptou uma cartilha ideológica marxista de inspiração caribenha com vocação terceiro mundista muito antes da URSS e dos Estados Unidos conhecerem e reconhecerem os problemas de África e os terem incluído na sua agenda de expansão ideológica. O internacionalismo proletário cubano é uma curiosa forma de solidariedade Sul-Sul que militarizou fortemente todos os aspectos da sociedade cubana, o que prova que a relação entre Cuba e URSS foi sempre extraordinariamente complexa e ambivalente e que a missão internacionalista serviu interesses de legitimação interna do regime castrista. A missão internacionalista em Angola foi vital para a afirmação da identidade cubana como povo latino-africano que foi capaz de fazer grandes sacrifícios para apoiar um povo irmão na sua luta contra o imperialismo. Nos últimos anos, o regime cubano em tentado recuperar estas memórias junto da sociedade cubana, num contexto político e económico particularmente difícil.

Recorde-se que a presença de Cuba em Angola não se limitou apenas à componente militar envolvendo também sectores chave como a educação e saúde. Durante

muito tempo o sistema de saúde foi quase exclusivamente assegurado por missões médicas cubanas e professores cubanos ensinavam em escolas espalhadas por todo o território.

Relativamente ao contributo de Cuba no sector da educação em Angola, segundo o diplomata Pedro Ross Leal, embaixador cubano em Angola em 2007, em entrevista à ANGONOTÍCIAS, foi celebrado um convénio entre os governos de ambos os países, no domínio da formação de quadros. Em Novembro de 1977, partiu de Angola o primeiro navio com crianças com destino àquele país caribenho. A 22 desse mesmo mês o seu país enviou 4.500 pedagogos para trabalharem na campanha contra o analfabetismo. Fazendo o balanço dos trinta anos do convénio, Cuba formou cerca de 18.000 angolanos em diversas áreas do saber, quadros que hoje ocupam lugares cimeiros no aparelho do poder estatal e outros sectores de actuação. Hoje em dia, Angola vive dias de paz e franco desenvolvimento, o que atrai um número crescente de docentes e outros profissionais ligados à educação deste país caribenho mostrando que a parceria na educação continua a dar bons frutos (Angonotícias, 2007).

O sector da saúde, considerado como um dos sectores estratégicos, foi desde sempre contemplado na parceria entre os dois governos. Desde os primeiros anos da independência que no universo dos internacionalistas cubanos seguiram para Angola médicos, enfermeiros e farmacêuticos com destino às várias unidades hospitalares existentes um pouco por todo o país. Até ao ano de 2010 as estimativas apontam para a existência de mais de 1.300 profissionais de saúde cubanos em Angola, muitos ligados à docência nas várias faculdades de medicina do país o que só foi possível graças à paz e desenvolvimento que se tem registado nos últimos anos (Panapress, 2010). A actuação de Cuba em Angola não se limita apenas às áreas supracitadas, pois, segundo a embaixadora de Cuba em Angola Gisela Beatriz G. Ribeiro, o país está também presente na agricultura, energia e construção civil. Numa visita à província do Huambo, a embaixadora inaugurou a ponte sobre o rio Kongue, que liga o

mercado da Quissala à cidade do Huambo que, por sinal, terá sido construída por uma empresa de construção cubana, a Imbondex. (Jornal Mwangolé, 2014). Do ponto de vista militar, o processo de modernização das Forças Armadas Angolanas (FAA) conta com a cooperação de Cuba. Em 2008 foi criado o Instituto Superior Técnico Militar na cidade capital angolana; tendo-se inicialmente admitido 291 candidatos para formação em várias áreas do saber: mecânica, electrotecnia, construção e fortificação e informática. Dos admitidos 120 elementos obtiveram o título de licenciados, após a apresentação dos seus trabalhos de fim do curso, em Fevereiro de 2014. A formação foi ministrada por um corpo docente de angolanos, portugueses e ainda docentes cubanos. (Jornal Mwangolé, 2014)

De realçar que após a retirada do grande contingente militar cubano em Angola, mais de 350 mil efectivos em 1991; Cuba continuou a ser um parceiro estratégico de Angola, até aos dias de hoje. Para muitos angolanos o povo irmão fez feitos heroicos aceitando lutar ao lado dos angolanos pela independência e manutenção da soberania do seu país. A presença cubana em Angola não se desvaneceu, está muito viva em vários domínios da sociedade angolana.

Sem sombra de dúvida que não obstante a política externa angolana ter estreitado laços de amizade com os vários países da comunidade internacional Cuba e Rússia são os Estados eleitos na cooperação sobre matérias voltadas para a Defesa e Segurança, desde a independência nacional até os dias de hoje. Naturalmente que numa Angola em paz há outras parcerias estratégicas com realce para a China e o Brasil, no âmbito do processo de reconstrução nacional. Quando Angola alcança a paz, em 2002, solicitou a ajuda a várias instituições internacionais e países, sem grande sucesso; a China foi dos poucos países que se prontificou a ajudar o país destruído por décadas de guerra financiando a reconstrução. Portugal, por seu turno, teve de restabelecer as relações cortadas com o governo angolano nos

primeiros anos pós independência sendo mais recente a sua presença no mercado da construção, a par de outros países que também constroem em Angola.

É óbvio que países como os Estados Unidos da América, muito antes a independência de Angola, já estavam economicamente presentes mais precisamente no sector petrolífero mesmo não havendo relações diplomáticas fora as de âmbito estritamente económico. As relações político-diplomáticas são posteriores coincidindo com o abandono da ideologia marxista-leninista e a instituição de uma democracia.

Considerando os países da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), o triângulo formado por Angola, Brasil e Portugal representa uma grande maioria do comércio internacional entre países lusófonos, segundo dados oficiais da Conferência das Nações Unidas para o Comércio Internacional (UNCTAD). Por exemplo, as trocas comerciais entre Angola e Portugal rondaram mais de 5,7 mil milhões de euros no último ano, suplantando a ligação com Brasil que valeu 1,6 mil milhões de euros (Jornal Mwangolé, 2014).

Em conclusão, Cuba continua a ter presença política, cultural e económica em Angola e ainda estão bastante vivas as campanhas militares que os cubanos travaram, mais do que uma vez, ao lado das forças do MPLA, apesar de já terem passado várias décadas sobre estes acontecimentos. No entanto, encontra-se por mapear a real dimensão deste legado na Angola do século XXI, ela própria confrontada com muitos desafios sobre o seu futuro em África e o seu papel no mundo.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado procurou analisar a missão internacionalista cubana em Angola do ponto de vista da sua inserção no conflito Leste-Oeste nos territórios africanos não se preocupando excessivamente com as dinâmicas globais do conflito Leste-Oeste, cuja análise implicaria uma avaliação da disputa ideológica nas várias regiões onde este conflito se fez sentir.

Do ponto de vista do horizonte temporal foi analisada a história militar da missão internacionalista cubana ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XX, assunto de grande interesse tendo em conta as capacidades militares e recursos humanos cubanos envolvidos, sem qualquer paralelo em intervenções anteriores ou mesmo posteriores de Cuba em África ou na América Latina. Esta missão não teve um carácter exclusivamente militar, envolvendo milhares de civis, médicos, professores e outras classes profissionais, que ajudaram a manter em funcionamento a administração pública angolana durante longos anos.

Esta forma de cooperação político-militar angolano-cubana põe em evidência a íntima relação entre diplomacia e forças armadas no quadro das alianças políticas que se formaram no período da Guerra Fria, consubstanciado na figura do conselheiro militar que corporiza, por seu turno, a figura da cooperação e assistência militar a aliados e amigos e que, muitas vezes, como sucedeu em Angola, representa um primeiro passo para uma presença militar efectiva nos territórios dos países amigos.

A intervenção militar de Cuba em Angola fica para a história do continente em razão do seu enorme contributo para a obtenção da independência deste país colonizado, pela derrota do regime do Apartheid na África do Sul e a subsequente alteração da política norte-americana para África.

A questão central de investigação a que se procurou dar resposta é a seguinte: quais as razões político-militares que levaram o MPLA a estabelecer uma aliança com Cuba envolvendo cooperação e assistência militar no período da guerra civil angolana? Qual o impacto desta aliança no futuro de Angola e nas relações políticas no continente africano?

Com recurso a métodos qualitativos (livros, artigos, filmes, consulta de sítios na internet e entrevistas não estruturadas a especialista e intervenientes directos no processo), o tema foi desenvolvido da seguinte forma:

No capítulo introdutório fizemos um breve enquadramento histórico do tema, indicámos as suas balizas temporais e identificámos os objectivos gerais e específicos do trabalho, tornando claro que o tema é a intervenção de Cuba em Angola e a sua relação com a política externa da URSS para África. No capítulo seguinte (primeiro capítulo, enquadramento teórico e metodológico) apresentamos o enquadramento teórico do tema sustentado nas teorias neorealistas da balança de poderes Leste-Oeste para analisar o papel de Cuba na aliança de Estados que defendiam o marxismo e a primazia da URSS na concretização deste ideário. Como conceitos operacionais, são apresentados as noções de diplomacia e cooperação político-militar (cooperação e assistência militar a aliados e amigos, também conhecida como diplomacia militar) como símbolo da proximidade e complementaridade dos mecanismos de persuasão e de coacção militar na execução dos objectivos de política externa dos Estados durante a Guerra Fria e apresentam-se as hipóteses de estudo. O capítulo seguinte explicita os antecedentes históricos da cooperação angolano-cubana. O terceiro capítulo descreve a guerra civil angolana e a grande relevância política e militar de Cuba nos resultados militares dos confrontos armados que culminaram na independência e, mais tarde, nos acordos de paz entre MPLA UNITA supervisionados pelas Nações Unidas. O quarto capítulo procura mostrar a importância da diplomacia cubana (e poderio militar) no encontro de uma solução política para a guerra civil angolana pós

independência, selada pelos acordos de Nova Iorque .O capítulo final é um capítulo que tenta, ainda que de forma tímida, mapear as memórias que ainda subsistem, hoje em dia, da presença cubana em Angola no período considerado e fazer um primeiro levantamento da situação em que se encontra a comunidade cubana que se mantém em Angola, apesar de terem passado mais de três décadas sobre os acontecimentos que precipitaram a intervenção cubana no território.

Da análise das fontes consultadas concluímos que nem todas as hipóteses que colocámos no início deste texto podem ser confirmadas. Assim, em relação à H1: Cuba foi um mero Estado satélite ao serviço da política externa da União Soviética, a nossa investigação não confirma a hipótese. Na realidade, o interesse cubano por Angola é bastante anterior ao envolvimento da URSS nos processos de descolonização, havendo ampla informação que confirma o relativo desconhecimento e desinteresse de Moscovo por África, nos primeiros anos do pós Segunda Guerra. Nesse sentido, a intervenção cubana foi motivo de apreensão, num primeiro momento, e depois de necessidade de envolvimento da URSS em Angola e outros territórios africanos, despertando desta forma para as oportunidades que a descolonização proporcionava à implantação do comunismo no mundo. Em segundo lugar, parece claro que Fidel tomou sozinho a decisão de ir para Angola, sem consultar ou depender da URSS, até porque esta decisão estratégica procurava abrir caminho a uma demarcação ideológica da revolução cubana, que se desejava autonomizar das propostas soviéticas e da visão alterativa chinesa, quando se deu o afastamento ideológico entre estes dois países. Foi igualmente uma manobra que procurou garantir a sobrevivência e o reforço do novo regime cubano, galvanizando a população cubana em torno da luta dos irmãos africanos e tentando liderar os movimentos de solidariedade no Terceiro Mundo, numa perspectiva Sul-Sul. Esta autonomia não foi, todavia, absoluta. Como se mostrou ao longo deste trabalho, houve momentos em que Cuba não conseguiu autonomizar-se plenamente da URSS, pelo que, de

uma forma ou de outra tanto do ponto de vista político, como militar e financeiro teve de se socorrer de Moscovo para manter a sua presença em Angola.

O estudo da mais importante missão internacionalista de Cuba no exterior é um caso interessante na medida em que mostra que as alianças ideológicas que se formaram na Guerra Fria em torno da URSS e Estados Unidos não eram monolíticas, os desentendimentos eram frequentes e as políticas externas dos países que as integravam não se confundiam completamente com a visão revolucionária de Moscovo. Neste sentido, há uma desconstrução da visão neorrealista de uma balança de poderes Leste-Oeste, que na verdade existiu, mas que não esgota as dinâmicas políticas existentes; paralelamente sempre existiram outras visões e perspectivas.

Quanto à batalha de Cuito Cuanavale (H2), é muito claro que a batalha contribuiu para o fim do regime racista do Apartheid na África do Sul, com isso alterando os equilíbrios africanos ao inviabilizar a afirmação da África do Sul como potência hegemónica regional enquanto durou a Guerra Fria.

Quanto à H3, já vimos que a intervenção militar cubana em Angola não foi feita a pedido da União Soviética no âmbito do conflito Leste-Oeste, foi sim um momento de afirmação da ilha caribenha em África, fomentando a solidariedade Sul-Sul que pretendia distanciar-se tanto dos Estados Unidos como da URSS. Já a hipótese 4 parece poder confirmar: a invasão sul-africana contra Angola resultou de um pedido dos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria embora também correspondesse à ambição de afirmação regional de Pretória nesta fase.

Este trabalho de investigação é concluído numa altura em que a missão internacionalista cubana volta a estar no centro das atenções de historiadores, estudiosos da história militar africana e na mira das relações internacionais. Este ano espera-se a publicação

de vários títulos sobre este assunto e os arquivos históricos estão a abrir-se para que se possa fazer a história documentada deste período.

Por limitações de espaço e de tempo, há aspectos neste trabalho de investigação que não puderam ser tão aprofundados quanto o autor desejaria, por duas ordens de razões. A primeira diz respeito à sensibilidade do tema em Angola – este foi um período de intenso sofrimento e de perdas de vidas humanas, com custos que a sociedade angolana não esquece facilmente, não havendo muitos protagonistas deste período com disponibilidade para falar. Em segundo lugar, o último capítulo necessitaria de uma investigação mais aprofundada e com uma maior recolha de fontes. Não é fácil fazer a história da presença cubana em Angola pós Acordos de Nova Iorque, pois a informação está dispersa, ou não existe, sendo certo que ainda há uma considerável presença cubana no território e ligações políticas, económicas e militares com Cuba muito estreitas, cujas raízes encontramos no período da luta pela independência nacional de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almer, Marisabel. *Remembering Angola – Cuban Internationalism, Transnational Spaces, and the Politics of Memories*. Dissertação para obtenção de grau para doutor em Antropologia. Universidade de Michigan, 2011.

Bernardino, Luís. *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana*. Lisboa: Edições Almedina, 2013.

Berridge, G.R. and James, Alan. *A Dictionary of Diplomacy*. 2nd ed., New York: Palgrave Macmillan, 2003.

Boniface, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Plátano, 2008.

Campbell, Horace. “The Siege of Cuito Canavale”. *Current African Issues*. Vol.10. Uppsala: the Scandinavian Institute of African Studies, 1990.

Cardoso, Silva, Angola. *Anatomia de Uma Tragédia*. Lisboa: Edições Oficina do Livro, 2000.

Cotttey, Andrew and Forster, Anthony (org). *Reshaping Defence Diplomacy – New Roles for Military Cooperation and Assistance*. Adelphi Paper 44, 2005.

- Bradley, Marck Philip, “Decolonization, the Global South and the Cold War, 1919-1962”. In *The Cold War, Origins*. Vol.I. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- De Sá, Tiago Moreira. *Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Lisboa: Edições D. Quixote, 2011.
- Du Plessis, Anton. “Defence Diplomacy – Conceptual and Practical Dimensions With Specific Reference to South Africa”. *Strategic Review for Southern Africa*. Vol.30: 2, 2008, pp.87-119.
- Evans, Graham and Newnham, Jeffrey. *Dictionary of International Relations*. London: Penguin Books, 1998.
- Fernandes, António José. *Introdução à Ciência Política*. Porto: Edições Porto, 2008.
- George, Edward. *The Cuban Intervention in Angola, 1965-91*. London: Frank Cass, 2005.
- Gilpin, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Guimarães, Fernando Andersen. *The Origins of the Angolan Civil War*. Palgrave Macmillan, 2011.
- Hernandez, Humberto Trujillo. *TruenoJusticiero – Mis Campañas en Cielo Angolano*. Havana: Edições Verde Olivio, 2005.

Júnior, Miguel. *A Mão Sul-Africana*. Lisboa: Edições Tribuna da História, 2014.

Klare, Michael T. and Arnsperg, Cynthia. *Supplying Repression: US Support for Authoritarian Regimes Abroad*. Washington: Institute for Policy Studies, 1981.

Lara, António de Sousa. *Estudo da Ordem e Subversão*. Lisboa: Edições ISCP, 2011.

Lara, António de Sousa. *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Edições ISCSP, 2002.

Magalhães, José Calvet. *A Diplomacia Pura*, Lisboa: Edições Bizâncio, 2005.

Marques, Alexandra. *Segredos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 2013.

Marrero, Jorge Raúl F. e Blanco, José Ángel Gárciga. *Angola Saeta Al Norte*. Havana: Edições Letras Cubanas, 2005.

Mcardle, C. *The Role of Military Assistance and the Problem of Arms Control*. Cambridge, Mass: Center for International Studies, 1964.

Milhazes, José. *Angola o Princípio do Fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Veja Editora, 2009.

Pollack, Peter. *The Last Lost Battle of the Cold War: South Africa vs Cuba in the Angolan Civil War*. Casemate, 2013.

Morgenthau, Hans. ‘‘A Political Theory of Foreign Aid’’. *The American Political Science Review*. Vol. 56: 2, 1962, pp. 301-309.

Muthanna, Ka . ‘‘Military Diplomacy’’. *Journal of Defence Studies*. Vol.5: 1, 2011, pp.1-15.

Silva, Sérgio Vieira. *Política e Poder na África Austral*. Lisboa: Edições Escolar, 2013.

Stoker, Donald (org). *Military Advisory and Assistance – From Mercenaries to Privatization, 1815-2007*. New York: Rotledge, 2008.

Tomashevich, Raúl M. e Blanco, José Ángel Gárciga. *Patria Africana*. Havana: Edições: Ada de la Nuez Gonzáles, 2006.

Tomé, António Almeida. *Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Lusófonas, 2011.

El Thari, Jihan. *Cuba, Uma Odisseia Africana*. [EDV 236]. Paris: Arte Video, 2007.

Traça, Mbeto Monteiro. *Do EPLA às FAPLA*. Luanda: Edições Mayamba, 2013.

Waltz, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002 (1979, 1ª edição).

Waltz, Kenneth. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma Análise Teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (1954, 1ª edição).

Wheller, Douglas e Pélissier, René. *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011.

www.angonoticias.com/artigos/item/13568/cuba-forma-18-mil-angolanos-em-30-anos/2007.

Acedido em 5 de Setembro de 2014.

www.panapress.com/200-novos-medicos-cubanos-esperados-em-Angola-3-438367-49-laug1-index.html.2010. Acedido em 5 de Setembro de 2014.

www.embaixadadeangola.pt/publicacoes-da-embaixada/jornal-mwangole. Acedido em 5 de Setembro de 2014.